



SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
Avenida Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901  
Telefone: (84) 3232-2125 e Fax: @fax\_unidade@ - www.sead.rn.gov.br

## EDITAL Nº 90016/2026

Processo nº 00110033.004056/2025-11

**Pregão Eletrônico nº:** 00110033.004056/2025-11

**Contratante (UASG):** 925538

**Objeto:** Aquisição de água mineral em recipientes (copo, garrafa e garrafões) e aquisição gás GLP em botijões e cilindros, por meio do sistema de registro de preços.

**Valor estimado da contratação:** R\$ 7.053.750,44

**Data da Sessão Pública:** 25/03/26 às 10h (horário de Brasília)

**Local:** <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**Critério de Julgamento:** Menor Preço

**Modo de disputa:** Aberto

**Tratamento Favorecido ME/EPP/Equiparadas:** Sim

**Margem de Preferência para algum item:** Não

Sumário:

- [1. DO OBJETO.](#)
- [2. DO REGISTRO DE PREÇOS.](#)
- [3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.](#)
- [4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO.](#)
- [5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.](#)
- [6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.](#)
- [7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.](#)
- [8. DA FASE DE JULGAMENTO.](#)
- [9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.](#)
- [10. DO TERMO DE CONTRATO.](#)
- [11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.](#)
- [12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.](#)
- [13. DOS RECURSOS.](#)
- [14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.](#)
- [15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.](#)
- [16. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO](#)
- [17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO](#)
- [18. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO](#)
- [19. DISPOSIÇÕES GERAIS.](#)

### Órgão ou Entidade Pública

**Pregão Eletrônico nº 90116/2026**

**(Processo Administrativo nº 00110033.004056/2025-11)**

Torna-se público que o ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (SEAD), sediado(a) no Centro Administrativo, S/N Br 101, Lagoa Nova, Natal/RN, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Estadual 32.449, de 7 de março de 2023, bem como da Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Não havendo expediente na data marcada ou havendo fato superveniente impeditivo à realização, a sessão pública será adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário, salvo comunicação em contrário do pregoeiro.

#### 1. DO OBJETO:

1.1. Aquisição de água mineral em recipientes (copo, garrafa e garrafões) e aquisição gás GLP em botijões e cilindros, por meio do sistema de registro de preços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Região 1				
Item n°	Item material	Especificações	Unidade de medida	Quantidade
1	Água mineral natural sem gás (Copo 200ml) <b>Ampla Concorrência</b>	Sem gás acondicionada em embalagem descartável. Copo de 200 mililitros (ml).	Caixa c/ 48 copos	18.678
2	Água mineral natural sem gás (garrafa de 500ml) <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Sem gás, acondicionada em embalagem descartável. Garrafa de 500 mililitros (ml).	Pacote c/ 12 garrafas	1680
3	Água mineral natural com gás (garrafa 500ml) <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Com gás, acondicionada em embalagem descartável. Garrafa de 500 mililitros (ml).	Pacote c/ 12 garrafas	860
4	Água mineral natural sem gás (garrafão de 20L, troca de garrafão, vazio pelo cheio). <b>Ampla Concorrência</b>	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável. Garrafão de 20 litros, em regime de troca de garrafão (vazio pelo cheio).	Unidade	163.916
5	Água mineral natural sem gás (20L, aquisição do vasilhame). <b>Ampla Concorrência</b>	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável de 20 (vinte) litros, com aquisição do vasilhame.	Unidade	11569
6	Aquisição de botijão completo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 13Kg. <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Com 13Kg (P13). Vasilhame com o gás.	Unidade	133
7	Aquisição de botijão completo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 45Kg. <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Com 45Kg (P45). Vasilhame com o gás	Unidade	90
8	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 3Kg. <b>Ampla Concorrência</b>	Fornecido em botijão com 13Kg (P13), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio)	Unidade	1.390
	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 45Kg. <b>Ampla Concorrência</b>	Fornecido em botijão com 45Kg (P45), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio)		

9	técnicas vigentes, gás de cozinha 45Kg. <b>Ampla Concorrência</b>	cheio).	Unidade	2088
10	Fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 13Kg. <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Fornecido em botijão com 13Kg (P13) em regime de comodato (empréstimo do vasilhame).	Unidade	16
Região 2				
Item n°	Item material	Especificações	Unidade de medida	Quantidade
11	Água mineral natural sem gás (garrafão de 20L, troca de garrafão, vazio pelo cheio). <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável. Garrafão de 20 litros, em regime de troca de garrafão (vazio pelo cheio).	Unidade	14.072
12	Água mineral natural sem gás (20L, aquisição do vasilhame). <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável de 20 (vinte) litros, com aquisição do vasilhame.	Unidade	1096
13	Aquisição de botijão completo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 13Kg. <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Com 13Kg (P13). Vasilhame com o gás.	Unidade	18
14	Aquisição de botijão completo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 45Kg. <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Com 45Kg (P45). Vasilhame com o gás	Unidade	11
15	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 13Kg. <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Fornecido em botijão com 13Kg (P13), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio)	Unidade	238
16	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 45Kg. <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Fornecido em botijão com 45Kg (P45), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio).	Unidade	345
Região 3				
Item n°	Item material	Especificações	Unidade de medida	Quantidade
17	Água mineral natural sem gás(Copo 200ml). <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Sem gás acondicionada em embalagem descartável. Copo de 200 mililitros (ml).	Caixa c/ 48 copos	50
18	Água mineral natural sem gás (garrafão de 20L, troca de garrafão, vazio pelo cheio). <b>Ampla Concorrência</b>	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável. Garrafão de 20 litros, em regime de troca de garrafão (vazio pelo cheio).	Unidade	19.994
19	Água mineral natural sem gás (20L, aquisição do vasilhame). <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável de 20 (vinte) litros, com aquisição do vasilhame.	Unidade	2206
20	Aquisição de botijão completo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 13Kg. <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Com 13Kg (P13). Vasilhame com o gás.	Unidade	13
21	Aquisição de botijão completo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 45Kg. <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Com 45Kg (P45). Vasilhame com o gás	Unidade	11
22	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 13Kg. <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Fornecido em botijão com 13Kg (P13), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio)	Unidade	971
23	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 45Kg. <b>Ampla Concorrência</b>	Fornecido em botijão com 45Kg (P45), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio).	Unidade	447
24	Fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 13Kg. <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Fornecido em botijão com 13Kg (P13) em regime de comodato (empréstimo do vasilhame).	Unidade	18
Região 4				
Item n°	Item material	Especificações	Unidade de medida	Quantidade
25	Água mineral natural sem gás(Copo 200ml) <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Sem gás acondicionada em embalagem descartável. Copo de 200 mililitros (ml).	Caixa c/ 48 copos	100
26	Água mineral natural sem gás (garrafão de 20L, troca de garrafão, vazio pelo cheio) <b>Ampla Concorrência</b>	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável. Garrafão de 20 litros, em regime de troca de garrafão (vazio pelo cheio).	Unidade	46.413
27	Água mineral natural sem gás (20L, aquisição do vasilhame). <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável de 20 (vinte) litros, com aquisição do vasilhame.	Unidade	5262
28	Aquisição de botijão completo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 13Kg. <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Com 13Kg (P13). Vasilhame com o gás.	Unidade	24
29	Aquisição de botijão completo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 45Kg. <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Com 45Kg (P45). Vasilhame com o gás	Unidade	31
30	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 13Kg. <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Fornecido em botijão com 13Kg (P13), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio)	Unidade	665
31	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 45Kg. <b>Ampla Concorrência</b>	Fornecido em botijão com 45Kg (P45), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio).	Unidade	1230
32	Fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 13Kg. <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Fornecido em botijão com 13Kg (P13) em regime de comodato (empréstimo do vasilhame).	Unidade	23
Cota - Região 1				
Item n°	Item material	Especificações	Unidade de medida	Quantidade
33	Água mineral natural sem gás(Copo 200ml) <b>Cota de até 25% do item 01</b>	Sem gás acondicionada em embalagem descartável. Copo de 200 mililitros (ml).	Caixa c/ 48 copos	6.221
34	Água mineral natural sem gás (garrafão de 20L, troca de garrafão, vazio pelo cheio) <b>Cota de até 25% do item 04</b>	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável. Garrafão de 20 litros, em regime de troca de garrafão (vazio pelo cheio).	Unidade	54.636
35	Água mineral natural sem gás (20L, aquisição do vasilhame) <b>Cota de até 25% do item 05</b>	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável de 20 (vinte) litros, com aquisição do vasilhame.	Unidade	3852
36	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 13Kg. <b>Cota de até 25% do item 08</b>	Fornecido em botijão com 13Kg (P13), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio)	Unidade	456
37	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 45Kg. <b>Cota de até 25% do item 09</b>	Fornecido em botijão com 45Kg (P45), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio).	Unidade	695
Cota - Região 3				
Item n°	Item material	Especificações	Unidade de medida	Quantidade
38	Água mineral natural sem gás (garrafão de 20L, troca de garrafão, vazio pelo cheio). <b>Cota de até 25% do item 18</b>	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável. Garrafão de 20 litros, em regime de troca de garrafão (vazio pelo cheio).	Unidade	6.664
39	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 45Kg. <b>Cota de até 25% do item 23</b>	Fornecido em botijão com 45Kg (P45), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio).	Unidade	149
Cota - Região 4				
Item n°	Item material	Especificações	Unidade de medida	Quantidade
40	Água mineral natural sem gás (garrafão de 20L, troca de garrafão, vazio pelo cheio). <b>Cota de até 25% do item 26</b>	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável. Garrafão de 20 litros, em regime de troca de garrafão (vazio pelo cheio).	Unidade	15.471
41	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 45Kg. <b>Cota de até 25% do item 31</b>	Fornecido em botijão com 45Kg (P45), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio).	Unidade	410

- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme [Decreto Estadual nº 32.449, de 2023](#).
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O órgão gerenciador do presente registro de preços é a **Secretaria de Estado da Administração (SEAD)**.
- 1.5. Os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio Grande do Norte que integrarão o registro de preços do presente processo estão listados no no Anexo 01(item 14) deste instrumento.
- 1.6. A estimativa de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e dos órgãos e entidades participantes, encontram-se definidas no Anexo 02(item 15) deste instrumento.

DAS LOCALIDADES QUE SERÃO EXECUTADOS OS OBJETOS

Região 1 - Leste Potiguar	
Natal	Natal e Parnamirim
Litoral Sul	Baía Formosa, Canguaretama e Goianinha
Macaíba	Ceará-Mirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante e São José do Mipibu.
Região 2 - Agreste Potiguar	
Baixa Verde	João Câmara
Borborema Potiguar	Santa Cruz
Agreste Potiguar	Nova Cruz, Santo Antônio e São Paulo do Potengi,
Região 3 - Central Potiguar	
Macau	Macau
Angicos	Angicos e Lajes
Seridó Ocidental	Caicó
Seridó Oriental	Currais Novos e Parelhas
Região 4 - Oeste Potiguar	
Mossoró	Mossoró
Chapada do Apodi	Apodi e Caraúbas
Vale do Açu	Alto do Rodrigues, Assu e Jucurutu.
Serra de São Miguel	São Miguel
Pau dos Ferros	Alexandria e Pau dos Ferros.
Umarizal	Patu e Umarizal.

VIGÊNCIA:

- 1.7. O prazo de vigência da contratação será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil seguinte ao da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do art. 183 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser automaticamente prorrogado, nos termos do art. 111 da mesma Lei, até a integral execução do objeto.
- 1.8. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

REAJUSTE CONTRATUAL:

- 1.9. Os preços contratados permanecerão fixos e irrevogáveis pelo período mínimo de 12 (doze) meses, contados da data-base do orçamento estimado, sendo admitido reajuste após esse intervalo, conforme índice e critérios a serem definidos na minuta contratual, em observância à legislação vigente e ao princípio da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

MARGEM DE PREFERÊNCIA:

- 1.10. Em consideração aos incisos I e II do artigo 26 da [Lei nº 14.133, 01 de abril de 2021](#), destaca-se que a adoção do critério de margem de preferência é uma faculdade conferida aos entes federados, não se tratando de uma imposição obrigatória. A legislação oferece discricionariedade aos estados, Distrito Federal e municípios para decidir sobre a sua aplicabilidade, conforme o contexto e as necessidades de cada ente.
- 1.11. No caso em questão, considerando que no âmbito federal já há regulamentação específica para a adoção da margem de preferência, no Estado do Rio Grande do Norte, no entanto, não há regulamentação sobre o item em questão. Sendo assim, seria inadequado impor aos entes políticos subnacionais o ônus de uma contratação que, em alguns casos, poderia resultar em maiores custos para a administração pública. Essa análise envolve a conveniência e oportunidade de cada processo licitatório, o que compete a cada ente licitante avaliar no seu planejamento.
- 1.12. Ademais, o artigo 187 da [Lei nº 14.133, 01 de abril de 2021](#) reforça que estados, Distrito Federal e municípios possuem a faculdade — e não a obrigatoriedade — de adotar os regulamentos expedidos pela União para a execução da referida legislação. Isso confere maior autonomia aos entes subnacionais na avaliação da vantajosidade de utilizar ou não a margem de preferência, considerando as particularidades de cada contratação pública.
- 1.13. Dessa forma, para o presente certame, optou-se por **não aplicar o critério de margem de preferência** previsto na legislação vigente, em virtude das razões expostas, primando-se pela economicidade e eficiência na utilização dos recursos públicos.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS:

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.
- 2.1.1. As demais cláusulas estão previstas na Minuta da Ata de Registro de Preços inserida no ID [37064636](#).

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

PARTICIPAÇÃO MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS:

- 3.1. Os itens exclusivos e/ou destinados à cota reservada estarão identificados na tabela do subitem 1.1, visto que possuem valor estimado de até R\$ 200.000,00 - itens exclusivos, e, para os itens cujo valor estimado superam esse valor, cota reservada de até 25%, na forma do arts. 42 e 44 da [Lei Complementar Estadual nº 675, 6 de novembro de 2020](#).
- 3.2. Os demais itens, por possuir valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (R\$ 4.800.000,00), não terão tratamento diferenciado de que tratam a [Lei Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#) e a [Lei Complementar Estadual nº 695, de 2020](#), na forma do § 1º do art. 4º da 14.133, de 2021.
- 3.3. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
- 3.4. Se uma mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas dar-se-á pelo menor preço obtido entre elas.
- 3.5. Havendo recusa por parte do licitante em ajustar os preços somente o item/lote referente à cota de menor valor será adjudicado em seu favor, sendo a licitante desclassificada daquele relativo à cota de maior valor, sem prejuízo da imposição das penalidades, consoante dispõe o § 4º, artigo 44 da Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020.
- 3.6. No registro de preços, somente existirá prioridade para efetuar a contratação da empresa vencedora da cota reservada, se esta aceitar reduzi-lo ao valor registrado para a cota de ampla concorrência, se esta for de menor valor.
- 3.7. Na hipótese prevista no subitem anterior, se a empresa vencedora não aceitar reduzir o valor registrado até o montante registrado na cota mais vantajosa, o seu preço permanecerá válido para outras contratações somente após o esgotamento da cota de menor valor, não lhe sendo assegurada a prioridade de contratação.
- 3.8. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](#)).
- 3.9. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SicaF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.11. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.12. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.13. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.13.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.13.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.13.3. Empresas consorciadas;
- 3.13.4. sociedades cooperativas;
- 3.13.5. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.13.6. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.13.7. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.13.8. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.13.9. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.13.10. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

- 3.13.11. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.13.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.14. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.15. O impedimento de que trata o item 3.13.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.16. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.13.5 e 3.13.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.17. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.18. O disposto nos itens 3.13.5 e 3.13.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.19. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.20. A vedação de que trata o item 3.14 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO:

- 4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Estado para cada órgão ou entidade contratante, visto que se trata de contratação por meio do procedimento auxiliar do sistema de registro de preços.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.
- 5.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.
- 5.6.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.
- 5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 5.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.8.12. a falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.8.13. os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.8.14. não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.8.15. serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.8.16. desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.8.17. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.8.18. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.8.19. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.8.20. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.8.21. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.8.22. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.8.23. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.8.24. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. Nº do item; Item material, especificações, unidade de medida, quantidade
- 6.1.2. Valor unitário, Valor total do item;
- 6.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo do disposto no item 1.2 do TR.
- 6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.3.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.3.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

- 6.3.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.3.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.3.5. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 6.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente
- 6.5. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.
- 6.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.9. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.10. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 6.11. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:**

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para os itens de 01, 02, 03, 04, 05, 11, 12, 17, 18, 19, 25, 26, 27, 33, 34, 35, 40, e para os demais itens R\$ 1,00 (um real).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.11.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11.7. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.8. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 7.11.9. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.11.10. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.11.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 7.11.13. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 7.11.14. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item , poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 7.11.15. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.16. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.17. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação
- 7.11.18. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.19. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18. Quando couber no final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).]
- 7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.
- 7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um preço, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira

colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

7.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2. empresas brasileiras;

7.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24.7. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**8. DA FASE DE JULGAMENTO:**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicafe;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.12.1. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.3. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

- 8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 8.21. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:
- 8.21.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;
- 8.21.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;
- 8.21.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e
- 8.21.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.22. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.
- 8.23. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.
- 8.24. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.25. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.
- 8.26. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

- 9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.
- 9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10%, SALVO SE HOUVER JUSTIFICATIVA NOS AUTOS PARA SUPRIMIR ESSE ACRÉSCIMO, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 9.11. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de [NO MÍNIMO, DUAS HORAS], prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 horas, para:
- 9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.
- 9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

DA FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:

- 9.20. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.
- 9.21. O modo de disputa será o ABERTO E FECHADO.
- 9.21.1. Nesse modo de disputa os licitantes participarão de duas etapas: ABERTA: liberação gradual dos preços privados (“calibragem”), com “tempo aleatório” e faixa de classificação para a etapa fechada (incentivo para adoção de uma estratégia dominante correspondente a oferta de preços mais próximos à valoração real do objeto pelo licitante); e FECHADA: por envolver um lance final e sigiloso, o licitante tende a seguir sua “estratégia dominante” (seu “melhor preço”), vez que não terá o conhecimento prévio da estratégia dos demais concorrentes. (AMORIM, Victor Aguiar Jardim de, 2022, Disponível em: <https://portal.sollicita.com.br/Noticia/19943/a-fase-de-lances-na-lei-14.133%2F21-e-a-%E2%80%9Cteoria-dos-leil%C3%B5es%E2%80%9D>).
- 9.21.2. Nesse sentido, considerando as características da solução, a divulgação do orçamento e o critério de julgamento adotado (menor preço por lote), o modo de disputa aberto e fechado buscará garantir à administração a melhor contratação.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:



- 9.22. Previamente a análise dos documentos necessários à habilitação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- 9.22.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 9.22.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- 9.22.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.
- 9.23. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- 9.24. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.25. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.26. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.27. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#).
- 9.28. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.29. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 9.30. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 9.31. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 2º, §3º do [Decreto Federal nº 11.802, de 28 de novembro de 2023](#).
- 9.32. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

**CONSÓRCIO:**

- 9.33. Conforme previsto nos Estudos Técnicos Preliminares, não será permitida a participação de empresas consorciadas.
- 9.33.1. Justifica-se a impossibilidade de participação de consórcios devido o objeto da licitação não ser considerado de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos do Edital. Entende-se ainda que a vedação de consórcios não trará prejuízos à competitividade no certame.

**HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- 9.34. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.35. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.36. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.37. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.38. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.39. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.40. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.41. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020 e Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- 9.42. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 9.43. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social obtido pela aplicação das seguintes fórmulas:
- I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo )/( Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
- II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e
- III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).
- 9.44. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado do item pertinente.
- 9.45. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

**JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:**

- 9.46. Nesse cenário, ressalta-se que demonstração de qualificação econômico-financeira se relaciona com a comprovação da boa situação econômica da licitante, de modo a atestar sua capacidade de assunção de compromissos financeiros. Assim, a Administração deve eleger os requisitos que, segundo as características e a complexidade do objeto, são considerados mínimos para demonstrar que a realidade financeira do licitante é estável.
- 9.47. Ademais, deve ser asseverado que caso as empresas não alcancem o resultado exigido nos índices previstos no instrumento convocatório, existe a possibilidade de comprovação do capital social ou patrimônio líquido com base no valor da contratação, que encontra amparo no § 4º do art. 69, da Lei 14.133/2021, ampliando o universo de possíveis licitantes nos certames.
- 9.48. Portanto, a adoção de exigências e índices não violam o caráter competitivo do certame, uma vez que não se vinculam à rentabilidade ou lucratividade dos licitantes, prestando-se tão somente à aferição da equilibrada situação financeira, constituindo-se em segurança para a futura execução do contrato, compatíveis com a complexidade exigida no objeto.
- 9.49. Desse modo, o atendimento aos requisitos exigidos busca demonstrar uma situação equilibrada dos licitantes. Caso contrário, o desatendimento das exigências, pode revelar uma eventual situação deficitária da empresa, colocando em risco a execução do contrato.
- 9.50. Sendo assim, observa-se que as exigências no item qualificação econômico-financeira se mostram razoáveis e atendem aos critérios objetivos previstos no art. 37, XXI, da CF/88, haja vista que a contratação de empresa em situação equilibrada é o mínimo de segurança que a Administração Pública deve observar para se resguardar e assegurar o integral cumprimento do contrato".

**QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- 9.51. Para os itens referentes a água mineral as empresas interessadas deverão apresentar **Laudos de Análise de Potabilidade**, em nome da empresa licitante, assinado por um responsável técnico, conforme RDC 275/2005.
- 9.52. Para os itens referentes a GLP – Gás Liquefeito de Petróleo - as empresas interessadas deverão apresentar Certificado de Autorização de Posto Revendedor outorgado pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, conforme disposto na Resolução ANP Nº 958, de 05 de outubro de 2023, dentro do prazo de validade.
- 9.53. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior para os itens 01, 04, 05, 09, 10, 26, 31 e 34, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 9.53.1. A exigência de que as empresas apresentem as certidões ou atestados se faz necessária para os itens citados tendo em vista tratar-se de um registro de preço que prevê a demanda de vários órgãos e os itens em questão, isolados, perfazem um valor superior a 4%(quatro por cento) do valor total da licitação, sendo assim, as parcelas de maior relevância da licitação. Assim, como forma de garantir que a empresa arrematante vai ter capacidade de fornecimento, fez-se necessário exigir tal comprovação..
- 9.53.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 9.53.2.1. Fornecimento de quantidades mínimas de 15% (quinze por cento) do valor do item.
- 9.53.2.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 9.53.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.53.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 9.54. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 9.54.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);
- 9.54.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 9.54.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 9.54.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);



- 9.54.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 9.54.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 9.54.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

- 10. DO TERMO DE CONTRATO:**
- 10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 10.2. O adjudicatário terá o prazo de [05] dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **[05]** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **[05]** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **[05]** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
- 10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.
- 10.8. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.
- 10.8.1. Nos casos de contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024.
- 10.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra para contratos com quantitativo igual ou superior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas.
- 10.10. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco)** dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.11. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- 10.11.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- 10.11.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 10.12. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 10.13. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 10.14. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 10.15. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 10.16. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 10.17. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

- 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**
- 11.1. Serão registrados na Ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, não sendo admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital, sob pena de desclassificação, consoante [art. 149, parágrafo único do Decreto Estadual nº 32.449/2023](#).
- 11.2. No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, art. 179, Decreto Estadual 32.449/2023. [http://compras.m.gov.br/Arquivos/Decreto32449\\_da\\_Lei\\_de\\_Licitacoes.pdf](http://compras.m.gov.br/Arquivos/Decreto32449_da_Lei_de_Licitacoes.pdf).
- 11.3. Será incluído na Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 11.3.1. aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;
- 11.3.2. mantiverem sua proposta original.
- 11.3.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na Ata.
- 11.4. O registro a que se refere o subitem anterior tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da Ata.
- 11.4.1. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 11.5. Os preços registrados por força deste procedimento licitatório terão validade de 12 (doze) meses, **podendo ser prorrogado**, por igual período, desde que o valor seja compatível com os preços praticados no mercado, devidamente comprovado mediante pesquisa mercadológica atualizada.
- 11.6. Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou decorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarretem modificação significativa e suficiente a alterar o custo de fornecimento dos bens ou da contratação dos serviços e inviabilizem a execução tal como pactuada, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.
- 11.6.1. As regras para alteração dos preços registrados estão previstas no [artigo 173 do do Decreto Estadual 32.449, de 2023](#).
- 11.7. O prazo para vigência será contado a partir da publicação do extrato da Ata no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e no Portal de compras do Estado do Rio Grande do Norte, conforme preceitua o [artigo 178, do Decreto Estadual 32.449, de 2023](#).
- 11.8. O licitante vencedor terá **5 (cinco) dias úteis** para assinar a Ata, a partir da convocação por meio de e-mail, telefone, correspondência ou qualquer meio eletrônico de comunicação.
- 11.9. O licitante que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído, e ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas, conforme os [§§ 6º e 7º, do Art. 167, do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023](#).
- 11.10. Nos termos do [artigo 165, VIII, do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023](#), é vedado a participação do órgão ou entidade em mais de uma Ata de Registro de Preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de Ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

- 11.11. DO USO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES:**
- 11.11.1. A Ata de Registro de Preços decorrente deste procedimento licitatório, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.
- 11.11.2. No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, art. 179, Decreto Estadual 32.449/2023. [http://compras.m.gov.br/Arquivos/Decreto32449\\_da\\_Lei\\_de\\_Licitacoes.pdf](http://compras.m.gov.br/Arquivos/Decreto32449_da_Lei_de_Licitacoes.pdf).

- 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:**
- 12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do

adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

- 13. DOS RECURSOS:**
- 13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [licitacoes@sead.rn.gov.br](mailto:licitacoes@sead.rn.gov.br).

- 14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**
- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
- 14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 14.1.6. fraudar a licitação;
- 14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 14.1.8. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 14.1.9. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 14.1.10. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 14.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1. advertência;
- 14.2.2. multa;
- 14.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (dias) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.
- 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.[\[A55\]](#)
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. [\[A56\]](#)
- 14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados. [\[A57\]](#)
- 14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.
- 14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

- 15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**
- 15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

- 15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:[licitacoes@sead.rn.gov.br](mailto:licitacoes@sead.rn.gov.br).
- 15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**
- 16.1. **PARA O LÍQUIDO ÁGUA MINERAL NATURAL:**
- 16.1.1. Sem gás, objeto da contratação, deve atender às características microbiológicas e não conter concentrações acima dos limites máximos permitidos das substâncias químicas prejudiciais à saúde, estabelecida em Regulamento Técnico próprio, especialmente, a Instrução Normativa nº 60, de 2019, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
- 16.1.2. A embalagem, retornável ou descartável, deve ser isenta de danos físicos como amassamentos, fissuras ou qualquer outra avaria que possa comprometer a qualidade da água mineral natural e, ainda, deve atender às especificações da ANVISA e às normas ABNT NBR nº 14.222/2019 - Embalagem plástica para água mineral e potável de mesa - Garrafão retornável - Requisitos e métodos de ensaio e NBR nº 15.395/2006, que estabelece os requisitos mínimos de qualidade e os métodos de ensaio exigíveis para garrafas sopradas de PET, personalizadas ou genéricas, não retornáveis, destinadas ao acondicionamento de refrigerantes e águas, e em legislação específica.
- 16.1.3. O rótulo da embalagem deve ser aprovado pela Agência Nacional de Mineração (ANM), conforme estabelece a Resolução ANM nº 193/2024, que consolida as especificações técnicas para o aproveitamento de águas minerais e potáveis de mesa.
- 16.1.4. As especificações referentes ao envase, fechamento, armazenamento, transporte e certificação devem seguir as exigências contidas na Resolução RDC nº 173, de 2006, da Anvisa, e em legislação específica.
- 16.1.4.1. Especificações para os itens 5, 11, 12, 18, 19, 26, 27, 34, 38 e 40:

a) Material da embalagem: PET, material polietileno, policarbonato, polipropileno ou outro material aceitável para contato com alimentos e bebidas, em conformidade com ABNT NBR nº 14.222/2019, garantindo a integridade do produto. O garrafão deve possuir lacre de segurança, aparência limpa, isenta de manchas, alterações de cor, ranhuras, rachaduras, emendas e amassamentos, bem como não poderá possuir nenhum tipo de resíduos e odores. O gargalo não poderá possuir qualquer tipo de deformações internas ou externas. A vida útil do garrafão retornável é de até 3 (três) anos, nos termos da Resolução ANM nº 193/2024.

b) Dimensões do garrafão de 20L: Altura total: 490mm ± 2,5mm; Diâmetros medidos no anel de reforço (superior e inferior): 275mm ± 2,5mm, conforme ABNT NBR nº 14.222/2019.

c) Validade da água: no mínimo, de 3 (três) meses, contados da data de entrega do produto pelo fornecedor.
- 16.1.5. A troca de vasilhames retornáveis ocorrerá exclusivamente mediante a entrega de vasilhames compatíveis, em condições adequadas de uso, higiene e segurança, observadas as especificações técnicas e sanitárias aplicáveis, aplicando-se essa regra somente aos itens nº 11, 18, 26, 34, 38 e 40 constantes neste Termo de Referência
- 16.1.5.1. Especificações para os itens 1,2, 3, 17, 25 e 33:

**TIPO DE EMBALAGEM:**

- I - Para o item 1: Copo de 200 mililitros (ml), fabricado em PET, descartável, de único uso, com lacre de segurança em material laminado e rótulo informativo do produto.
- II - Para o item 2: Garrafa de 500 mililitros (ml), fabricada em PET, descartável, de único uso, com tampa plástica e rótulo informativo do produto.
- 16.1.6. A validade da água deve ser de no mínimo 6 (seis) meses, contados da data de entrega do produto pelo fornecedor.
- 16.1.7. Ciclo de Vida do Objeto:
- 16.1.7.1. **Produção:**

a) O processo de extração/produção da água mineral natural deve estar em conformidade à Resolução CNRH/MMA nº 76/2007, que estabelece diretrizes gerais para integração da gestão de recursos hídricos e águas minerais.;

b) A qualidade da água visa assegurar a segurança e saúde das pessoas no consumo, em conformidade à Instrução Normativa ANVISA nº 60/2019;

c) As embalagens primária e secundária do produto devem ser recicláveis e/ou conter percentual de material reciclado, em observância à norma ABNT NBR 13230/2008.
- 16.1.8. **Distribuição:**
- 16.1.8.1. Devem ser observadas as disposições da RDC ANVISA nº 173/2006, que dispõe sobre boas práticas de industrialização e comercialização de água mineral natural.
- 16.1.9. **Uso:**
- 16.1.9.1. A forma de consumo da água mineral deve evitar desperdício.
- 16.1.10. **Destinação Final:**
- 16.1.10.1. O descarte das embalagens deve ser realizado de modo a atender à Lei nº 12.305/2010 e à ABNT NBR 14.222/2019, além de demais normativos sobre o tema.

- 16.2. **PARA O GÁS GLP:**
- 16.2.1. Os vasilhames serão fornecidos em perfeito estado de conservação e segurança, não sendo recebidos vasilhames amassados, enferrujados, com lacre violado ou que apresentem vazamento do produto.
- 16.2.2. Quanto ao armazenamento deve atender aos critérios estabelecidos pela ABNT NBR 15514:2020, que estabelece requisitos mínimos de segurança para as áreas de armazenamento de recipientes transportáveis de gás liquefeito de petróleo (GLP) com capacidade nominal de até 90 kg de GLP (inclusive), destinados ou não à comercialização.
- 16.2.3. Para o gás GLP envasado em botijões (recipiente transportável) de 13 e 45 kg, o licitante vencedor deverá possuir autorização para o exercício da atividade de distribuição de GLP da pessoa jurídica outorgada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), conforme estabelece a Resolução ANP nº 957/2023, que regulamenta a autorização para o exercício da atividade de distribuição de GLP.
- 16.2.4. Ciclo de Vida do Objeto:
- 16.2.4.1. **Produção:**

a) O GLP deve ser produzido e envasado por empresa autorizada pela ANP, seguindo todas as normas técnicas e de segurança aplicáveis, incluindo inspeções periódicas e manutenção dos equipamentos de envase.

b) Os botijões devem ser fabricados conforme normas técnicas vigentes, garantindo resistência, integridade e segurança do recipiente.
- c) **Distribuição:**
- 16.2.5. O transporte deve respeitar a legislação de transporte de produtos perigosos, em especial as normas expedidas pelos órgãos competentes, incluindo sinalização, acondicionamento seguro e segregação de cargas.
- 16.2.6. As entregas devem ser realizadas com veículos adequados, garantindo que os vasilhames cheguem aos órgãos participantes em perfeito estado.
- 16.2.7. **Uso:**
- 16.2.7.1. A utilização do GLP deve ocorrer em conformidade com normas de segurança, incluindo instalação adequada, ventilação, prevenção de vazamentos e inspeções periódicas dos botijões.
- 16.2.7.2. Devem ser observadas todas as recomendações de manuseio seguro previstas pela ANP e pela ABNT.
- 16.2.8. **Destinação Final:**
- 16.2.8.1. O retorno ou descarte de botijões vazios deve atender às normas de segurança e à legislação ambiental vigente, evitando contaminação e riscos à saúde.
- 16.2.8.2. Botijões danificados, enferrujados ou fora das condições de uso devem ser encaminhados para recondicionamento certificado ou descarte conforme normas da ANP e legislação ambiental aplicável.

**SUSTENTABILIDADE:**

- 16.3. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos previstos neste Termo de referência, tais como:
- 16.3.1. Para os itens que possuam recipientes utilizados para envasar a água mineral (garrafão, garrafa e copo), estes devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e biodegradável, conforme as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2, que tratam da avaliação de conformidade de plásticos reciclados.
- 16.3.2. Os recipientes destinados ao envasamento da água deverão ser livres do composto bisfenol A (BPA), substância nociva à saúde humana, conforme diretrizes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
- 16.3.3. A água mineral natural, sem gás, deve atender às características físico-químicas e microbiológicas estabelecidas em regulamento técnico próprio, notadamente a Instrução Normativa nº 60, de 23 de dezembro de 2019, da Anvisa, que dispõe sobre os padrões de potabilidade e composição de águas minerais e potáveis de mesa.
- 16.3.4. As embalagens, retornáveis ou descartáveis, devem ser isentas de danos físicos — como amassamentos, fissuras ou qualquer outra avaria que comprometa a integridade do produto — e atender às normas ABNT NBR 14222:2019 (Garrafão retornável — Requisitos e métodos de ensaio) e ABNT NBR 15395:2006 (Garrafas de PET não retornáveis — Requisitos e métodos de ensaio).
- 16.3.5. O rótulo das embalagens deve ser aprovado pela Agência Nacional de Mineração (ANM), conforme as disposições da Portaria ANM nº 937, de 28 de setembro de 2022, que regulamenta os procedimentos de rotulagem, comercialização e controle de águas minerais e potáveis de mesa.
- 16.3.6. As condições de envase, fechamento, armazenamento, transporte e certificação devem seguir as exigências da Resolução RDC nº 173, de 13 de setembro de 2006, da Anvisa, e demais legislações aplicáveis.
- 16.3.7. No caso do gás liquefeito de petróleo (GLP), a CONTRATADA deverá assegurar que o fornecimento ocorra mediante recipientes transportáveis padronizados, devidamente certificados e em conformidade com as normas da ABNT NBR 8460 e NBR 15514, garantindo segurança no armazenamento, transporte e manuseio. Os recipientes devem estar em perfeito

estado de conservação, livres de ferrugem, vazamentos ou deformações, e deverão ser destinados à reutilização e reciclagem, observando-se práticas ambientalmente adequadas de descarte ao final de sua vida útil.

16.3.8. Os órgãos e entidades participantes deverão manter condições adequadas de armazenamento dos produtos, observando medidas de segurança e higiene, bem como adotar práticas de gestão sustentável das embalagens, priorizando a reciclagem e a logística reversa, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

SUBCONTRATAÇÃO:

16.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme justificativa presente no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

16.4.1. É conferida à autoridade competente a discricionariedade no que tange à exigência da prestação de garantia de execução nas contratações de obras, serviços e compras. A aquisição de materiais de água e gás GLP não traz complexidade a sua execução, de modo que não se faz necessária a exigência de garantia contratual da execução visando a economicidade, posto que não haverá a onerosidade imposta pela exigência de garantia, o que elevaria o valor das propostas dos licitantes.

16.4.2. Ademais, frisa-se que a presente contratação não pode ser classificada como obra, serviço ou compra de grande vulto, nos termos do inciso XXII do art. 6º da Lei 14.133/21, pois não há expectativa em ultrapassar o valor de R\$ R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) com a contratação.

16.4.3. Cumpre destacar ainda, que tais decisões baseiam-se em um processo de avaliação da realidade do mercado acerca do objeto a ser licitado, bem como a ponderação de riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de associados para a execução do objeto visando ao atendimento ao interesse público.

16.4.4. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO E/OU APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:

16.5. Os bens deverão ser entregues em diferentes endereços do município de Natal no Estado do Rio Grande do Norte, conforme os locais definidos no Anexo I deste instrumento. Portanto, os licitantes devem considerar em suas propostas as particularidades logísticas e os custos associados à entrega dos itens desta contratação em diferentes localidades.

17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO:

17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

17.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

17.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

17.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

17.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

17.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

17.7. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, II);

17.7.1. O fiscal de contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, II);

17.7.2. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, X);

17.7.3. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

17.8. O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, o qual terá apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências.

17.8.1. O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

18. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

18.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

18.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

18.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

18.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

18.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

18.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

18.7. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, III);

18.7.1. O fiscal de contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, II);

18.7.2. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, X);

18.7.3. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

18.8. O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, o qual terá apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências.

18.8.1. O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

19. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

DA ENTREGA DO OBJETO:

19.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

19.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

19.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

19.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

19.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

19.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

19.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

LIQUIDAÇÃO:

19.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e

- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 19.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 19.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 19.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 19.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10(dez) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 19.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização quanto à inadimplência do contratado.
- 19.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 19.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

**PRAZO DE PAGAMENTO:**

- 19.16. O pagamento poderá ser efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.
- 19.17. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

**FORMA DE PAGAMENTO:**

- 19.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.
- 19.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 19.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 19.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 19.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 19.21.1. **DO REAJUSTE**
- 19.22. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 18/12/2025.
- 19.23. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 19.23.1. **Justifica-se a adoção do IPCA/IBGE como índice de reajuste anual** a ser aplicado sobre os valores contratuais, por ser o indicador que melhor reflete a variação dos custos de mão de obra e assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme exigido pela legislação vigente e pela boa prática administrativa.
- 19.24. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 19.25. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 19.26. O reajuste será realizado por apostilamento.

**20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- 20.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 20.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 20.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 20.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 20.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 20.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 20.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no [Portal Nacional de Contratações Públicas \(PNCP\)](#) e [Portal de Compras do RN](#).
- 20.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 20.11.1. Anexo I - Termo de Referência;
- 20.11.1.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;
- 20.11.2. Anexo II - Minuta de Termo de Contrato;
- 20.11.3. Anexo III - Minuta de Ata de Registro de Preços;
- 20.11.4. Anexo IV - Modelo de Proposta

Na data da assinatura eletrônica

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]



Documento assinado eletronicamente por **IRANILDO GERMANO DOS SANTOS, Secretário de Estado da Administração**, em 11/03/2026, às 13:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **39949231** e o código CRC **74228D3B**.

**ANEXOS AO MINUTA DE EDITAL**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo nº 00110033.004056/2025-11

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:**

- 1.1. Aquisição de água mineral em recipientes(copo, garrafa e garrafões) e aquisição gás GLP em botijões e cilindros, por meio do sistema de registro de preços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Região 1				
Item n°	Item material	Especificações	Unidade de medida	Quantidade
		Edital 90016 (39949231)		SEI 00110033.004056/2025-11 / pg. 13

1	Água mineral natural sem gás(Copo 200ml) <b>Ampla Concorrência</b>	Sem gás acondicionada em embalagem descartável. Copo de 200 mililitros (ml).	Caixa c/ 48 copos	18.678
2	Água mineral natural sem gás(garrafa de 500ml) <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Sem gás, acondicionada em embalagem descartável. Garrafa de 500 mililitros (ml).	Pacote c/ 12 garrafas	1680
3	Água mineral natural com gás(garrafa 500ml) <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Com gás, acondicionada em embalagem descartável. Garrafa de 500 mililitros (ml).	Pacote c/ 12 garrafas	860
4	Água mineral natural sem gás (garrafão de 20L, troca de garrafão, vazio pelo cheio) <b>Ampla Concorrência</b>	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável. Garrafão de 20 litros, em regime de troca de garrafão (vazio pelo cheio).	Unidade	163.916
5	Água mineral natural sem gás (20L, aquisição do vasilhame) <b>Ampla Concorrência</b>	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável de 20 (vinte) litros, com aquisição do vasilhame.	Unidade	11569
6	Aquisição de botijão completo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 13Kg <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Com 13Kg (P13). Vasilhame com o gás.	Unidade	133
7	Aquisição de botijão completo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 45Kg <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Com 45Kg (P45). Vasilhame com o gás	Unidade	90
8	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 13Kg <b>Ampla Concorrência</b>	Fornecido em botijão com 13Kg (P13), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio)	Unidade	1.390
9	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 45Kg <b>Ampla Concorrência</b>	Fornecido em botijão com 45Kg (P45), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio).	Unidade	2088
10	Fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 13Kg <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Fornecido em botijão com 13Kg (P13) em regime de comodato (empréstimo do vasilhame).	Unidade	16
Região 2				
Item n°	Item material	Especificações	Unidade de medida	Quantidade
11	Água mineral natural sem gás (garrafão de 20L, troca de garrafão, vazio pelo cheio). <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável. Garrafão de 20 litros, em regime de troca de garrafão (vazio pelo cheio).	Unidade	14.072
12	Água mineral natural sem gás (20L, aquisição do vasilhame). <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável de 20 (vinte) litros, com aquisição do vasilhame.	Unidade	1096
13	Aquisição de botijão completo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 13Kg <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Com 13Kg (P13). Vasilhame com o gás.	Unidade	18
14	Aquisição de botijão completo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 45Kg <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Com 45Kg (P45). Vasilhame com o gás	Unidade	11
15	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 13Kg <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Fornecido em botijão com 13Kg (P13), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio)	Unidade	238
16	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 45Kg <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Fornecido em botijão com 45Kg (P45), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio).	Unidade	345
Região 3				
Item n°	Item material	Especificações	Unidade de medida	Quantidade
17	Água mineral natural sem gás(Copo 200ml) <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Sem gás acondicionada em embalagem descartável. Copo de 200 mililitros (ml).	Caixa c/ 48 copos	50
18	Água mineral natural sem gás (garrafão de 20L, troca de garrafão, vazio pelo cheio) <b>Ampla Concorrência</b>	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável. Garrafão de 20 litros, em regime de troca de garrafão (vazio pelo cheio).	Unidade	19.994
19	Água mineral natural sem gás (20L, aquisição do vasilhame) <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável de 20 (vinte) litros, com aquisição do vasilhame.	Unidade	2206
20	Aquisição de botijão completo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 13Kg <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Com 13Kg (P13). Vasilhame com o gás.	Unidade	13
21	Aquisição de botijão completo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 45Kg <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Com 45Kg (P45). Vasilhame com o gás	Unidade	11
22	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 13Kg <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Fornecido em botijão com 13Kg (P13), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio)	Unidade	971
23	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 45Kg <b>Ampla Concorrência</b>	Fornecido em botijão com 45Kg (P45), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio).	Unidade	447
24	Fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 13Kg <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Fornecido em botijão com 13Kg (P13) em regime de comodato (empréstimo do vasilhame).	Unidade	18
Região 4				
Item n°	Item material	Especificações	Unidade de medida	Quantidade
25	Água mineral natural sem gás(Copo 200ml) <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Sem gás acondicionada em embalagem descartável. Copo de 200 mililitros (ml).	Caixa c/ 48 copos	100
26	Água mineral natural sem gás (garrafão de 20L, troca de garrafão, vazio pelo cheio) <b>Ampla Concorrência</b>	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável. Garrafão de 20 litros, em regime de troca de garrafão (vazio pelo cheio).	Unidade	46.413
27	Água mineral natural sem gás (20L, aquisição do vasilhame) <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável de 20 (vinte) litros, com aquisição do vasilhame.	Unidade	5262
28	Aquisição de botijão completo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 13Kg <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Com 13Kg (P13). Vasilhame com o gás.	Unidade	24
29	Aquisição de botijão completo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 45Kg <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Com 45Kg (P45). Vasilhame com o gás	Unidade	31
30	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 13Kg <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Fornecido em botijão com 13Kg (P13), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio)	Unidade	665
31	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 45Kg <b>Ampla Concorrência</b>	Fornecido em botijão com 45Kg (P45), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio).	Unidade	1230
32	Fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 13Kg <b>Exclusivo ME/EPP</b>	Fornecido em botijão com 13Kg (P13) em regime de comodato (empréstimo do vasilhame).	Unidade	23
Cota - Região 1				
Item n°	Item material	Especificações	Unidade de medida	Quantidade



33	Água mineral natural sem gás(Copo 200ml) <b>cota de até 25% do item 01</b>	Sem gás acondicionada em embalagem descartável. Copo de 200 mililitros (ml).	Caixa c/ 48 copos	6.221
34	Água mineral natural sem gás (garrafão de 20L, troca de garrafão, vazio pelo cheio) <b>cota de até 25% do item 04</b>	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável. Garrafão de 20 litros, em regime de troca de garrafão (vazio pelo cheio).	Unidade	54.636
35	Água mineral natural sem gás (20L, aquisição do vasilhame) <b>cota de até 25% do item 05</b>	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável de 20 (vinte) litros, com aquisição do vasilhame.	Unidade	3852
36	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 13Kg <b>cota de até 25% do item 08</b>	Fornecido em botijão com 13Kg (P13), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio)	Unidade	456
37	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 45Kg <b>cota de até 25% do item 09</b>	Fornecido em botijão com 45Kg (P45), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio).	Unidade	695
Cota - Região 3				
Item n°	Item material	Especificações	Unidade de medida	Quantidade
38	Água mineral natural sem gás (garrafão de 20L, troca de garrafão, vazio pelo cheio) <b>cota de até 25% do item 18</b>	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável. Garrafão de 20 litros, em regime de troca de garrafão (vazio pelo cheio).	Unidade	6.664
39	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 45Kg <b>cota de até 25% do item 23</b>	Fornecido em botijão com 45Kg (P45), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio).	Unidade	149
Cota - Região 4				
Item n°	Item material	Especificações	Unidade de medida	Quantidade
40	Água mineral natural sem gás (garrafão de 20L, troca de garrafão, vazio pelo cheio) <b>cota de até 25% do item 26</b>	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável. Garrafão de 20 litros, em regime de troca de garrafão (vazio pelo cheio).	Unidade	15.471
41	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)conforme especificações técnicas vigentes, gás de cozinha 45Kg <b>cota de até 25% do item 31</b>	Fornecido em botijão com 45Kg (P45), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio).	Unidade	410

- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme [Decreto Estadual nº 32.449, de 2023](#).
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O órgão gerenciador do presente registro de preços é a **Secretaria de Estado da Administração (SEAD)**.
- 1.5. Os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio Grande do Norte que integrarão o registro de preços do presente processo estão listados no no Anexo 01(item 14) deste instrumento.
- 1.6. A estimativa de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e dos órgãos e entidades participantes, encontram-se definidas no Anexo 02(item 15) deste instrumento.
- PARTICIPAÇÃO MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS:
- 1.7. Os itens exclusivos e/ou destinados à cota reservada estarão identificados na tabela do subitem 1.1, visto que possuem valor estimado de até R\$ 200.000,00 - itens exclusivos, e, para os itens cujo valor estimado superam esse valor, cota reservada de até 25%, na forma do arts. 42 e 44 da [Lei Complementar Estadual nº 675, 6 de novembro de 2020](#).
- 1.8. Os demais itens, por possuir valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (R\$ 4.800.000,00), não terão tratamento diferenciado de que tratam a [Lei Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#) e a [Lei Complementar Estadual nº 695, de 2020](#), na forma do § 1º do art. 4º da 14.133, de 2021.
- 1.9. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
- 1.10. Se uma mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas dar-se-á pelo menor preço obtido entre elas.
- 1.11. Havendo recusa por parte do licitante em ajustar os preços somente o item/lote referente à cota de menor valor será adjudicado em seu favor, sendo a licitante desclassificada daquele relativo à cota de maior valor, sem prejuízo da imposição das penalidades, consoante dispõe o § 4º, artigo 44 da Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020.
- 1.12. No registro de preços, somente existirá prioridade para efetuar a contratação da empresa vencedora da cota reservada, se esta aceitar reduzi-lo ao valor registrado para a cota de ampla concorrência, se esta for de menor valor.
- 1.13. Na hipótese prevista no subitem anterior, se a empresa vencedora não aceitar reduzir o valor registrado até o montante registrado na cota mais vantajosa, o seu preço permanecerá válido para outras contratações somente após o esaurimento da cota de menor valor, não lhe sendo assegurada a prioridade de contratação.

DAS LOCALIDADES QUE SERÃO EXECUTADOS OS OBJETOS

Região 1 - Leste Potiguar	
Natal	Natal e Parnamirim
Litoral Sul	Baía Formosa, Canguaretama e Goianinha
Macaíba	Ceará-Mirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante e São José do Mipibu.
Região 2 - Agreste Potiguar	
Baixa Verde	João Câmara
Borborema Potiguar	Santa Cruz
Agreste Potiguar	Nova Cruz, Santo Antônio e São Paulo do Potengi,
Região 3 - Central Potiguar	
Macau	Macau
Angicos	Angicos e Lajes
Seridó Ocidental	Caicó
Seridó Oriental	Currais Novos e Parelhas
Região 4 - Oeste Potiguar	
Mossoró	Mossoró
Chapada do Apodi	Apodi e Caraúbas
Vale do Açu	Alto do Rodrigues, Assu e Jucurutu.
Serra de São Miguel	São Miguel
Pau dos Ferros	Alexandria e Pau dos Ferros.
Umarizal	Patu e Umarizal.

VIGÊNCIA

- 1.14. O prazo de vigência da contratação será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil seguinte ao da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.15. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

REAJUSTE CONTRATUAL

- 1.16. Os preços contratados permanecerão fixos e irremovíveis pelo período mínimo de 12 (doze) meses, contados da data-base do orçamento estimado, sendo admitido reajuste após esse intervalo, conforme índice e critérios a serem definidos na minuta contratual, em observância à legislação vigente e ao princípio da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

MARGEM DE PREFERÊNCIA:

- 1.17. Em consideração aos incisos I e II do artigo 26 da [Lei nº 14.133, 01 de abril de 2021](#), destaca-se que a adoção do critério de margem de preferência é uma faculdade conferida aos entes federados, não se tratando de uma imposição obrigatória. A legislação oferece discricionariedade aos estados, Distrito Federal e municípios para decidir sobre a sua aplicabilidade, conforme o contexto e as necessidades de cada ente.



1.18. No caso em questão, considerando que no âmbito federal já há regulamentação específica para a adoção da margem de preferência, no Estado do Rio Grande do Norte, no entanto, não há regulamentação sobre o item em questão. Sendo assim, seria inadequado impor aos entes políticos subnacionais o ônus de uma contratação que, em alguns casos, poderia resultar em maiores custos para a administração pública. Essa análise envolve a conveniência e oportunidade de cada processo licitatório, o que compete a cada ente licitante avaliar no seu planejamento.

1.19. Ademais, o artigo 187 da [Lei nº 14.133, 01 de abril de 2021](#) reforça que estados, Distrito Federal e municípios possuem a faculdade — e não a obrigatoriedade — de adotar os regulamentos expedidos pela União para a execução da referida legislação. Isso confere maior autonomia aos entes subnacionais na avaliação da vantajosidade de utilizar ou não a margem de preferência, considerando as particularidades de cada contratação pública.

1.20. Dessa forma, para o presente certame, optou-se por **não aplicar o critério de margem de preferência** previsto na legislação vigente, em virtude das razões expostas, primando-se pela economicidade e eficiência na utilização dos recursos públicos.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

- 2.1. A fundamentação da contratação encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar, no qual foram analisados os aspectos técnicos, operacionais, econômicos e legais que demonstram a necessidade e a adequação da aquisição de água mineral natural e gás liquefeito de petróleo (GLP).
- 2.2. O ETP evidencia que o fornecimento de água mineral é indispensável à manutenção de condições adequadas de trabalho, saúde e atendimento ao público, tratando-se de insumo de consumo contínuo nas unidades administrativas. De igual modo, o fornecimento de GLP revela-se essencial para o funcionamento regular de unidades que desenvolvem atividades que dependem diretamente desse insumo, não sendo possível a interrupção do abastecimento sem prejuízo às atividades institucionais.
- 2.3. No estudo foram avaliadas alternativas de atendimento da demanda, inclusive quanto ao modelo de contratação, concluindo-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços como solução mais eficiente, em razão da possibilidade de contratações parceladas, conforme necessidade dos órgãos e entidades beneficiárias, evitando formação de estoques excessivos, reduzindo perdas e promovendo maior racionalidade na aplicação dos recursos públicos.
- 2.4. O ETP também apresenta análise das vantagens da contratação centralizada, destacando ganhos operacionais, padronização das especificações técnicas, ampliação da competitividade e redução de custos administrativos. Além disso, contempla análise de riscos relacionados à execução contratual, com identificação de eventos que possam comprometer o fornecimento e definição de medidas preventivas e de contingência.
- 2.5. Registra-se, ainda, que as especificações técnicas adotadas observam a legislação vigente e as normas regulatórias aplicáveis, assegurando conformidade sanitária, segurança no transporte e armazenamento, bem como atendimento às exigências ambientais pertinentes.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:**

- 3.1. A solução proposta, conforme descrita no Estudo Técnico Preliminar, compreende o fornecimento parcelado de água mineral natural e de gás liquefeito de petróleo (GLP), por meio de Sistema de Registro de Preços, contemplando todas as etapas inerentes ao ciclo de vida dos produtos, desde a origem até a destinação final.
- 3.2. No que se refere à água mineral, o ciclo de vida considerado abrange a captação em fonte devidamente autorizada, o envase em conformidade com as normas sanitárias e de controle de qualidade, o armazenamento adequado, o transporte em condições que preservem a integridade do produto, a entrega parcelada nas unidades administrativas, o consumo conforme a demanda institucional e a destinação ambientalmente adequada das embalagens, em observância à legislação de resíduos sólidos.
- 3.3. Quanto ao GLP, a solução contempla o envase por empresa autorizada, a certificação e inspeção dos recipientes, o transporte em conformidade com as normas aplicáveis a produtos perigosos, a entrega e instalação segura nas unidades administrativas, a substituição de recipientes vazios por cheios quando aplicável, bem como o retorno, requalificação ou destinação adequada dos vasilhames, conforme regulamentação específica.
- 3.4. A execução contratual prevê fornecimento sob demanda, com entregas parceladas, mecanismos de controle quantitativo e qualitativo, fiscalização pelos órgãos e entidades beneficiárias e observância às exigências de segurança, qualidade e regularidade do abastecimento, assegurando continuidade dos serviços públicos e adequada gestão do insumo ao longo de todo o seu ciclo de vida.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

- 4.1. **PARA O LÍQUIDO ÁGUA MINERAL NATURAL:**
- 4.1.1. Sem gás, objeto da contratação, deve atender às características microbiológicas e não conter concentrações acima dos limites máximos permitidos das substâncias químicas prejudiciais à saúde, estabelecida em Regulamento Técnico próprio, especialmente, a Instrução Normativa nº 60, de 2019, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
- 4.1.2. A embalagem, retornável ou descartável, deve ser isenta de danos físicos como amassamentos, fissuras ou qualquer outra avaria que possa comprometer a qualidade da água mineral natural e, ainda, deve atender às especificações da ANVISA e às normas ABNT NBR nº 14.222/2019 - Embalagem plástica para água mineral e potável de mesa - Garraão retornável - Requisitos e métodos de ensaio e NBR nº 15.395/2006, que estabelece os requisitos mínimos de qualidade e os métodos de ensaio exigíveis para garrafas sopradas de PET, personalizadas ou genéricas, não retornáveis, destinadas ao acondicionamento de refrigerantes e águas, e em legislação específica.
- 4.1.3. O rótulo da embalagem deve ser aprovado pela Agência Nacional de Mineração (ANM), conforme estabelece a Resolução ANM nº 193/2024, que consolida as especificações técnicas para o aproveitamento de águas minerais e potáveis de mesa.
- 4.1.4. As especificações referentes ao envase, fechamento, armazenamento, transporte e certificação devem seguir as exigências contidas na Resolução RDC nº 173, de 2006, da Anvisa, e em legislação específica.
- 4.1.4.1. Especificações para os itens 5, 11, 12, 18, 19, 26, 27, 34, 38 e 40:
- Material da embalagem: PET, material polietileno, policarbonato, polipropileno ou outro material aceitável para contato com alimentos e bebidas, em conformidade com ABNT NBR nº 14.222/2019, garantindo a integridade do produto. O garraão deve possuir lacre de segurança, aparência limpa, isenta de manchas, alterações de cor, ranhuras, rachaduras, emendas e amassamentos, bem como não poderá possuir nenhum tipo de resíduos e odores. O gargalo não poderá possuir qualquer tipo de deformações internas ou externas. A vida útil do garraão retornável é de até 3 (três) anos, nos termos da Resolução ANM nº 193/2024.
  - Dimensões do garraão de 20L: Altura total: 490mm ± 2,5mm; Diâmetros medidos no anel de reforço (superior e inferior): 275mm ± 2,5mm, conforme ABNT NBR nº 14.222/2019.
  - Validade da água: no mínimo, de 3 (três) meses, contados da data de entrega do produto pelo fornecedor.

- 4.1.5. A troca de vasilhames retornáveis ocorrerá exclusivamente mediante a entrega de vasilhames compatíveis, em condições adequadas de uso, higiene e segurança, observadas as especificações técnicas e sanitárias aplicáveis, aplicando-se essa regra somente aos itens nº 11, 18, 26, 34, 38 e 40 constantes neste Termo de Referência

- 4.1.5.1. Especificações para os itens 1,2, 3, 17, 25 e 33:

- Tipo de embalagem:
  - I - Para o item 1: Copo de 200 mililitros (ml), fabricado em PET, descartável, de único uso, com lacre de segurança em material laminado e rótulo informativo do produto.
  - II - Para o item 2: Garrafa de 500 mililitros (ml), fabricada em PET, descartável, de único uso, com tampa plástica e rótulo informativo do produto.
- A validade da água deve ser de no mínimo 6 (seis) meses, contados da data de entrega do produto pelo fornecedor.

- 4.1.6. Ciclo de Vida do Objeto:

- 4.1.6.1. **Produção:**
- O processo de extração/produção da água mineral natural deve estar em conformidade à Resolução CNRH/MMA nº 76/2007, que estabelece diretrizes gerais para integração da gestão de recursos hídricos e águas minerais.;
  - A qualidade da água visa assegurar a segurança e saúde das pessoas no consumo, em conformidade à Instrução Normativa ANVISA nº 60/2019;
  - As embalagens primária e secundária do produto devem ser recicláveis e/ou conter percentual de material reciclado, em observância à norma ABNT NBR 13230/2008.

- 4.1.6.2. **Distribuição:**
- Devem ser observadas as disposições da RDC ANVISA nº 173/2006, que dispõe sobre boas práticas de industrialização e comercialização de água mineral natural.

- 4.1.6.3. **Uso:**

- A forma de consumo da água mineral deve evitar desperdício.

- 4.1.6.4. **Destinação Final:**

- O descarte das embalagens deve ser realizado de modo a atender à Lei nº 12.305/2010 e à ABNT NBR 14.222/2019, além de demais normativos sobre o tema.

**4.2. PARA O GÁS GLP:**

- 4.2.1. Os vasilhames serão fornecidos em perfeito estado de conservação e segurança, não sendo recebidos vasilhames amassados, enferrujados, com lacre violado ou que apresentem vazamento do produto.
- 4.2.2. Quanto ao armazenamento deve atender aos critérios estabelecidos pela ABNT NBR 15514:2020, que estabelece requisitos mínimos de segurança para as áreas de armazenamento de recipientes transportáveis de gás liquefeito de petróleo (GLP) com capacidade nominal de até 90 kg de GLP (inclusive), destinados ou não à comercialização.
- 4.2.3. Para o gás GLP envasado em botijões (recipiente transportável) de 13 e 45 kg, o licitante vencedor deverá possuir autorização para o exercício da atividade de distribuição de GLP da pessoa jurídica outorgada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), conforme estabelece a Resolução ANP nº 957/2023, que regulamenta a autorização para o exercício da atividade de distribuição de GLP.
- 4.2.4. Ciclo de Vida do Objeto:
- 4.2.4.1. **Produção:**
- O GLP deve ser produzido e envasado por empresa autorizada pela ANP, seguindo todas as normas técnicas e de segurança aplicáveis, incluindo inspeções periódicas e manutenção dos equipamentos de envase.
  - Os botijões devem ser fabricados conforme normas técnicas vigentes, garantindo resistência, integridade e segurança do recipiente.

- 4.2.4.2. **Distribuição:**

- O transporte deve respeitar a legislação de transporte de produtos perigosos, em especial as normas expedidas pelos órgãos competentes, incluindo sinalização, acondicionamento seguro e segregação de cargas.
- As entregas devem ser realizadas com veículos adequados, garantindo que os vasilhames cheguem aos órgãos participantes em perfeito estado.

4.2.4.3. **Uso:**

- A utilização do GLP deve ocorrer em conformidade com normas de segurança, incluindo instalação adequada, ventilação, prevenção de vazamentos e inspeções periódicas dos botijões.
- Devem ser observadas todas as recomendações de manuseio seguro previstas pela ANP e pela ABNT.

4.2.4.4. **Destinação Final:**

- O retorno ou descarte de botijões vazios deve atender às normas de segurança e à legislação ambiental vigente, evitando contaminação e riscos à saúde.
- Botijões danificados, enferrujados ou fora das condições de uso devem ser encaminhados para recondicionamento certificado ou descarte conforme normas da ANP e legislação ambiental aplicável.

**SUSTENTABILIDADE:**

- 4.3. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos previstos neste Termo de referência, tais como:
- 4.3.1. Para os itens que possuam recipientes utilizados para envasar a água mineral (garraão, garrafa e copo), estes devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e biodegradável, conforme as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2, que tratam da avaliação de conformidade de plásticos reciclados.
- 4.3.2. Os recipientes destinados ao envasamento da água deverão ser livres do composto bisfenol A (BPA), substância nociva à saúde humana, conforme diretrizes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
- 4.3.3. A água mineral natural, sem gás, deve atender às características físico-químicas e microbiológicas estabelecidas em regulamento técnico próprio, notadamente a Instrução Normativa nº 60, de 23 de dezembro de 2019, da Anvisa, que dispõe sobre os padrões de potabilidade e composição de águas minerais e potáveis de mesa.
- 4.3.4. As embalagens, retornáveis ou descartáveis, devem ser isentas de danos físicos — como amassamentos, fissuras ou qualquer outra avaria que comprometa a integridade do produto — e atender às normas ABNT NBR 14222:2019 (Garraão retornável — Requisitos e métodos de ensaio) e ABNT NBR 15395:2006 (Garrafas de PET não retornáveis — Requisitos e métodos de ensaio).
- 4.3.5. O rótulo das embalagens deve ser aprovado pela Agência Nacional de Mineração (ANM), conforme as disposições da Portaria ANM nº 937, de 28 de setembro de 2022, que regulamenta os procedimentos de rotulagem, comercialização e controle de águas minerais e potáveis de mesa.
- 4.3.6. As condições de envase, fechamento, armazenamento, transporte e certificação devem seguir as exigências da Resolução RDC nº 173, de 13 de setembro de 2006, da Anvisa, e demais legislações aplicáveis.
- 4.3.7. No caso do gás liquefeito de petróleo (GLP), a CONTRATADA deverá assegurar que o fornecimento ocorra mediante recipientes transportáveis padronizados, devidamente certificados e em conformidade com as normas da ABNT NBR 8460 e NBR 15514, garantindo segurança no armazenamento, transporte e manuseio. Os recipientes devem estar em perfeito estado de conservação, livres de ferrugem, vazamentos ou deformações, e deverão ser destinados à reutilização e reciclagem, observando-se práticas ambientalmente adequadas de descarte ao final de sua vida útil.
- 4.3.8. Os órgãos e entidades participantes deverão manter condições adequadas de armazenamento dos produtos, observando medidas de segurança e higiene, bem como adotar práticas de gestão sustentável das embalagens, priorizando a reciclagem e a logística reversa, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

**SUBCONTRATAÇÃO:**

- 4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme justificativa presente no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

**GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:**

- 4.4.1. É conferida à autoridade competente a discricionariedade no que tange à exigência da prestação de garantia de execução nas contratações de obras, serviços e compras. A aquisição de materiais de água e gás GLP não traz complexidade a sua execução, de modo que não se faz necessária a exigência de garantia contratual da execução visando a economicidade, posto que não haverá a onerosidade imposta pela exigência de garantia, o que elevaria o valor das propostas dos licitantes.
- 4.4.2. Ademais, frisa-se que a presente contratação não pode ser classificada como obra, serviço ou compra de grande vulto, nos termos do inciso XXII do art. 6º da Lei 14.133/21, pois não há expectativa em ultrapassar o valor de R\$ R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) com a contratação.
- 4.4.3. Cumpre destacar ainda, que tais decisões baseiam-se em um processo de avaliação da realidade do mercado acerca do objeto a ser licitado, bem como a ponderação de riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de associados para a execução do objeto visando ao atendimento ao interesse público.

4.4.4. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO E/OU APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:**

- 4.5. Os bens deverão ser entregues em diferentes endereços do município de Natal no Estado do Rio Grande do Norte, conforme os locais definidos no Anexo I deste instrumento. Portanto, os licitantes devem considerar em suas propostas as particularidades logísticas e os custos associados à entrega dos itens desta contratação em diferentes localidades.

5. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

**DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:**

- 5.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar bens novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de armazenamento, além de estarem identificados externamente conforme os dados constantes da Nota Fiscal, bem como estarem em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceitos bens descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante, nas especificações e quantidades estabelecidas no respectivo contrato.
- 5.2. Todos os bens devem seguir a legislação pertinente à sua fabricação.
- 5.3. Todas as despesas e encargos relativos ao fornecimento do bem licitado, incluindo fretes, descarrego e seguros desde a origem até a entrega no local de destino, devem estar incluídos na proposta da CONTRATADA e fazem parte da entrega do bem.
- 5.4. Os bens deverão ser entregues nos locais determinados pela CONTRATANTE, observados os endereços dos órgãos indicados no Termo de Referência.
- 5.5. Desde que ajustado entre as partes no instrumento contratual ou outro documento equivalente, o local de entrega poderá ser alterado.

**DO PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

- 5.6. Os bens deverão ser entregues no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da assinatura da Nota de Empenho ou Nota de Compra, conforme o caso.
- 5.7. Caso não seja possível a entrega na data avençada, a CONTRATADA deverá comunicar as razões respectivas com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência do vencimento do prazo definido no subitem anterior, para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela CONTRATANTE, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE:**

- 5.8. Prazo de validade dos produtos
- 5.8.1. Água mineral:
- 5.8.1.1. Não poderá ser inferior a 3 (três) meses para a água em garraão retornável, na data do recebimento definitivo;
- 5.8.1.2. Não poderá ser inferior a 6 (seis) meses para a água em embalagem descartável, na data do recebimento definitivo;
- 5.8.1.3. Quanto aos garraões, estes deverão ter validade mínima de 3 (três) anos, contados de sua fabricação, e, no máximo, 2 anos e meio de fabricação contados da data do recebimento definitivo.
- 5.8.2. Gás GLP:
- 5.8.2.1. Os botijões de gás deverão ter, no máximo, 14 (quatorze) anos de fabricação na data do recebimento definitivo.
- 5.9. Os critérios para o recebimento provisório e definitivo dos objetos estão presentes no item 8 deste Termo de Referência.
- 5.10. A CONTRATADA é responsável por fornecer todo o material, peças, pessoal e ferramentas necessários à execução do objeto.

6. **EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

6.1. **DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

- 6.1.1. Serão registrados na Ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, não sendo admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital, sob pena de desclassificação, consoante [art. 149, parágrafo único do Decreto Estadual nº 32.449/2023](#).
- 6.1.2. Será incluído na Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 6.1.2.1. aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;
- 6.1.2.2. mantiverem sua proposta original.
- 6.1.2.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na Ata.
- 6.1.3. O registro a que se refere o subitem 5.8.2. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da Ata.
- 6.1.3.1. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 6.1.4. Os preços registrados por força deste procedimento licitatório terão validade de 12 (doze) meses, ~~podendo ser prorrogado~~, por igual período, desde que o valor seja compatível com os preços praticados no mercado, devidamente comprovado mediante pesquisa mercadológica atualizada.
- 6.1.5. Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarretem modificação significativa e suficiente a alterar o custo de fornecimento dos bens ou da contratação dos serviços e inviabilizem a execução tal como pactuada, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.
- 6.1.5.1. As regras para alteração dos preços registrados estão previstas no [artigo 173 do do Decreto Estadual 32.449, de 2023](#).

- 6.1.6. O prazo para vigência será contado a partir da publicação do extrato da Ata no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e no Portal de compras do Estado do Rio Grande do Norte, conforme preceitua o [artigo 178, do Decreto Estadual 32.449, de 2023](#).
- 6.1.7. O licitante vencedor terá **5 (cinco) dias úteis** para assinar a Ata, a partir da convocação por meio de e-mail, telefone, correspondência ou qualquer meio eletrônico de comunicação.
- 6.1.8. O licitante que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído, e ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas, conforme os [§§ 6º e 7º, do Art. 167, do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023](#).
- 6.1.9. Nos termos do [artigo 165, VIII, do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023](#), é vedado a participação do órgão ou entidade em mais de uma Ata de Registro de Preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de Ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

**DA RENOVAÇÃO DE QUANTITATIVO EM CASO DE PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DA ATA:**

- 6.1.10. Em observância ao disposto no [art. 84 da Lei nº 14.133/2021](#), ao [art. 179 do Decreto Estadual nº 32.449/2023](#) e ao Enunciado nº 42 do Conselho da Justiça Federal, esta fase de planejamento contempla a avaliação da pertinência e da conveniência de eventual renovação dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo originalmente registrado, por ocasião de eventual prorrogação de sua vigência.
- 6.1.11. Considerando a natureza contínua e recorrente da demanda por produtos de água e gás, bem como a estimativa histórica de consumo dos órgãos e entidades participantes, entende-se tecnicamente viável e conveniente prever, no ato convocatório e na respectiva minuta de Ata, a possibilidade de renovação dos quantitativos, caso haja prorrogação, desde que observadas as condições contratuais e legais vigentes, bem como a manutenção da vantajosidade da contratação.
- 6.1.12. Essa previsão visa garantir a continuidade do atendimento das necessidades administrativas, evitando desabastecimento e assegurando a economicidade, pois permite a manutenção de condições já registradas sem necessidade de novo procedimento licitatório, desde que comprovado que tais condições permanecem compatíveis.

**USO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES:**

- 6.1.13. A Ata de Registro de Preços decorrente deste procedimento licitatório, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.
- 6.1.14. As demais condições estarão disciplinadas na minuta da Ata de Registro de Preços, documento anexo ao Edital.

**7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:**

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).
- 7.7. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, III);
- 7.7.1. O fiscal de contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, II);
- 7.7.2. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, X);
- 7.7.3. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.
- 7.8. O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, o qual terá apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências.
- 7.8.1. O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

**8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:**

**RECEBIMENTO DO OBJETO:**

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**LIQUIDAÇÃO:**

- 8.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
  - b) a data da emissão;
  - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
  - d) o período respectivo de execução do contrato;
  - e) o valor a pagar; e
  - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 8.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10(dez) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização quanto à inadimplência do contratado.
- 8.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

**PRAZO DE PAGAMENTO:**

- 8.16. O pagamento poderá ser efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.
- 8.17. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

**FORMA DE PAGAMENTO:**

- 8.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.
- 8.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

- 8.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

**FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:**

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.
- 9.2. O modo de disputa será o ABERTO E FECHADO.
- 9.2.1. Nesse modo de disputa os licitantes participarão de duas etapas: ABERTA: liberação gradual dos preços privados (“calibragem”), com “tempo aleatório” e faixa de classificação para a etapa fechada (incentivo para adoção de uma estratégia dominante correspondente a oferta de preços mais próximos à valoração real do objeto pelo licitante); e FECHADA: por envolver um lance final e sigiloso, o licitante tende a seguir sua “estratégia dominante” (seu “melhor preço”), vez que não terá o conhecimento prévio da estratégia dos demais concorrentes. (AMORIM, Victor Aguiar Jardim de, 2022, Disponível em: <https://portal.sollicita.com.br/Noticia/19943/a-fase-de-lances-na-lei-14.133%2F21-e-a-%E2%80%9Cteoria-dos-leil%C3%B5es%E2%80%9D>).
- 9.2.2. Nesse sentido, considerando as características da solução, a divulgação do orçamento e o critério de julgamento adotado (menor preço por lote), o modo de disputa aberto e fechado buscará garantir à administração a melhor contratação.

**EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:**

- 9.3. Previamente a análise dos documentos necessários à habilitação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- 9.3.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 9.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- 9.3.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.
- 9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- 9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#).
- 9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 9.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 9.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 2º, §3º do [Decreto Federal nº 11.802, de 28 de novembro de 2023](#).
- 9.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEL, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

**CONSÓRCIO:**

- 9.14. Conforme previsto nos Estudos Técnicos Preliminares, não será permitida a participação de empresas consorciadas.
- 9.14.1. Justifica-se a impossibilidade de participação de consórcios devido o objeto da licitação não ser considerado de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos do Edital. Entende-se ainda que a vedação de consórcios não trará prejuízos à competitividade no certame.

**HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- 9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020 e Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- 9.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 9.24. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social obtido pela aplicação das seguintes fórmulas:
- I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
- II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante); e
- III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).
- 9.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado do item pertinente.
- 9.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

**JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:**

- 9.27. Nesse cenário, ressalta-se que demonstração de qualificação econômico-financeira se relaciona com a comprovação da boa situação econômica da licitante, de modo a atestar sua capacidade de assunção de compromissos financeiros. Assim, a Administração deve eleger os requisitos que, segundo as características e a complexidade do objeto, são considerados mínimos para demonstrar que a realidade financeira do licitante é estável.
- 9.28. Ademais, deve ser asseverado que caso as empresas não alcancem o resultado exigido nos índices previstos no instrumento convocatório, existe a possibilidade de comprovação do capital social ou patrimônio líquido com base no valor da contratação, que encontra amparo no § 4º do art. 69, da Lei 14.133/2021, ampliando o universo de possíveis licitantes nos certames.
- 9.29. Portanto, a adoção de exigências e índices não violam o caráter competitivo do certame, uma vez que não se vinculam à rentabilidade ou lucratividade dos licitantes, prestando-se tão somente à aferição da equilibrada situação financeira, constituindo-se em segurança para a futura execução do contrato, compatíveis com a complexidade exigida no objeto.
- 9.30. Desse modo, o atendimento aos requisitos exigidos busca demonstrar uma situação equilibrada dos licitantes. Caso contrário, o desatendimento das exigências, pode revelar uma eventual situação deficitária da empresa, colocando em risco a execução do contrato.
- 9.31. Sendo assim, observa-se que as exigências no item qualificação econômico-financeira se mostram razoáveis e atendem aos critérios objetivos previstos no art. 37, XXI, da CF/88, haja vista que a contratação de empresa em situação equilibrada é o mínimo de segurança que a Administração Pública deve observar para se resguardar e assegurar o integral cumprimento do contrato".

**QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- 9.32. Para os itens referentes a água mineral as empresas interessadas deverão apresentar **Laudos de Análise de Potabilidade**, em nome da empresa licitante, assinado por um responsável técnico, conforme RDC 275/2005.



- 9.33. Para os itens referentes a GLP – Gás Liquefeito de Petróleo - as empresas interessadas deverão apresentar Certificado de Autorização de Posto Revendedor outorgado pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, conforme disposto na Resolução ANP N° 958, de 05 de outubro de 2023, dentro do prazo de validade.
- 9.34. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior para os itens 01, 04, 05, 09, 10, 26, 31 e 34, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 9.34.1. A exigência de que as empresas apresentem as certidões ou atestados se faz necessária para os itens citados tendo em vista tratar-se de um registro de preço que prevê a demanda de vários órgãos e os itens em questão, isolados, perfazem um valor superior a 4%(quatro por cento) do valor total da licitação, sendo assim, as parcelas de maior relevância da licitação. Assim, como forma de garantir que a empresa arrematante vai ter capacidade de fornecimento, fez-se necessário exigir tal comprovação..
- 9.34.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 9.34.2.1. Fornecedor de quantidades mínimas de 15% (quinze por cento) do valor do item.
- 9.34.2.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 9.34.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.34.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 9.35. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 9.35.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);
- 9.35.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 9.35.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 9.35.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);
- 9.35.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 9.35.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 9.35.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

- 10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 7.053.750,44** (sete milhões, cinquenta e três mil setecentos e cinquenta reais e quarenta e quatro centavos) , conforme custos unitários apostos custos unitários apostos na Pesquisa Mercadológica - Mapa de preços (38267587), Pesquisa de Preços - Nota Técnica (38280410), Relatório da Pesquisa de Preços (38283901).

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Estado para cada órgão ou entidade contratante, visto que se trata de contratação por meio do procedimento auxiliar do sistema de registro de preços.

12. APROVAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

- 12.1. A autoridade competente para aprovar este Termo de Referência, por meio de documento próprio é o Secretário de Estado da Secretaria da Administração do Rio Grande do Norte ou a quem for delegada.

13.

- 13.1. O presente documento foi elaborado conforme disposto no [Art. 18, Inc. II, da Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e segue assinado pelo responsável por sua elaboração, bem como, ratificado pela Chefia da Subcoordenadoria de Apoio e Acompanhamento de Licitações e Contratos (SULIC/SEAD).

Natal, na data da assinatura eletrônica.

(assinado eletronicamente)  
**MARÍLIA ARACELY DO NASCIMENTO GOMES**  
Responsável pela elaboração do Termo de Referência  
matrícula nº 200.378-3

Ratificado por:

(assinado eletronicamente)  
**TARCYLLA ÍNGRID DOS SANTOS SOUZA**  
matrícula nº 250.623-8  
Subcoordenadora de Apoio e Acompanhamento de Licitações e Contratos (SULIC/SEAD)

14. ANEXO 1 - ÓRGÃOS/ENTIDADES PARTICIPANTES:

Nº	ÓRGÃO	SIGLA	UASG	ENDEREÇO
1	AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	ARSEP	925995	RUA MILITÃO CHAVES, Nº 2164 - BAIRRO DE CANDELÁRIA, NATAL - RN, CEP: 59064-440.
2	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - RN	CBMRN	925541	AV. PRUDENTE DE MORAIS, 2410 - BARRO VERMELHO - NATAL/RN - CEP: 59022-545 AV. PRUDENTE DE MORAIS, 2410 - BARRO VERMELHO - NATAL/RN - CEP: 59022-545 - ALMOXARIFADO CLOG BR-101, LOTE 3010 - DISTRITO INDUSTRIAL, SÃO GONÇALO DO AMARANTE - UNIDADE 2ºSGB / 1ºGB RUA PADRE JOÃO MARIA, 06 - COHABINAL, PARNAMIRIM - UNIDADE 1ºSGB / 2º GB RUA PRESIDENTE KENNEDY, 194 - CENTRO, GOIANINHA - UNIDADE 2ºSGB / 2º GB RUA FELIPE CAMARÃO - AEROPORTO DIX-SEPT ROSADO, MOSSORÓ - UNIDADE 1ºSGB / 3º GB RUA NAZINHA DE SÁ LEITÃO, 77 - CONJUNTO IPÊ, ASSU - UNIDADE 2ºSGB / 3ºGB RODOVIA BR-405, KM 80 - SÍTIO BICO TORTO, APODI - UNIDADE 3ºSGB / 3ºGB RODOVIA RN 288, KM 49 - S/Nº - SAMANAÚ, CAICÓ - UNIDADE 1º SGB / 4º GB RUA DR JOÃO DUTRA DE ALMEIDA, 512 - JUSCELINO KUBITSCHEK - CURRAIS NOVOS - UNIDADE 2ºSGB / 4ºGBM RODOVIA BR-405, KM 03 - VI URSAP - Nº 1997 - ARIZONA, PAU DOS FERROS - UNIDADE 1ºSGB / 4º GB AV. RAIMUNDA FERNANDES CÂMARA, 227, PATU - RN, 59770-000, PATU - PABM / 4º GB QUARTEL SANTA CRUZ/RN - NOVO QUARTEL AINDA A SER INAUGURADO RUA VINTE E UM DE ABRIL, 3456. JOÃO CÂMARA, RN. CEP: 59550-000 - QUARTEL EM JOÃO CÂMARA/RN
3	CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO/RN	CONTROL	925863	CENTRO ADMINISTRATIVO - BR 101, KM 0, S/N - LAGOA NOVA - NATAL/RN.
4	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO RN	DER	450563	AV. SEN. SALGADO FILHO 1808, NATAL, RN, 59056-000 - 2,1 KM
5	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	DETRAN	925545	AV. PERIMETRAL LESTE, Nº 113 - CIDADE DA ESPERANÇA - NATAL/RN - CEP 59071-445; AVENIDA CORONEL JOSÉ BERNARDO, 1001 - ALECRIM, NATAL/RN - CEP 59037-000; AVENIDA GOVERNADOR JOSÉ VARELA, 2900 - CAPIM MACIO, NATAL/RN - CEP 59078-300; AV. CAPITÃO MOR GOUVEIA, 1448 - CIDADE DA ESPERANÇA, NATAL/RN - CEP 59072-100; AVENIDA DOUTOR JOÃO MEDEIROS FILHO, 896 - POTENGI, NATAL/RN - CEP 59122-610; AVENIDA TENENTE MEDEIROS, S/N - CENTRO - PARNAMIRIM/RN - CEP 59140-020; RUA PAU BRASIL, 33, MACAÍBA/RN - CEP 59280-000; RUA ITAGUAJE, CEARÁ-MIRIM/RN - CEP 59570-000; RN-269 - ANA CATARINA, CANGUARETAMA/RN - CEP 59190-000; RUA DEPUTADO DJALMA MARINHO, 245, DJALMA MARINHO, NOVA CRUZ/RN - CEP 59215-000; RUA SÃO FÉLIX, 189 - CONJUNTO CÔNEGO MONTE, SANTA CRUZ/RN - CEP 59200-000; RUA BERNARDO PIMENTEL, 181, CENTRO, SÃO PAULO DO POTENGI/RN - CEP 59460-000; RUA MANOEL BITTENCOURT, JOÃO CÂMARA/RN - CEP 59550-000; RUA VICENTE FERREIRA BARBOSA, 37, ALTO DA ESPERANÇA, ANGICOS/RN -CEP 59515-000; PRAÇA MANOEL JANUÁRIO CABRAL, 326 - LAJES/RN - CEP 59535-000; RUA PADRE JOÃO CLEMENTE, 219-119, MACAU/RN - CEP 59500-000; RUA MARINA NEVES DANTAS, 35, CAICÓ/RN - CEP 59300-000; RUA TOMAZ DO "O", 81, JK, CURRAIS NOVOS/RN - CEP 59380-000; RUA ISIDORO GOMES MEIRA, 42 - CENTRO, PARELHAS/RN - CEP 59360-000; RUA DEPUTADO DALTON CUNHA, 41, PORTAL DA CHAPADA, APODI/RN - CEP 59700-000; RUA MANOEL PEREIRA DA CRUZ, Nº 91; CENTRO; JUCURUTU/RN - CEP 59330-000; RUA SENADOR JOÃO CÂMARA, S/N, CENTRO, ASSU/RN - CEP 59650-000; AVENIDA DO CONTORNO, 1020, DIX-SEPT ROSADO, MOSSORÓ/RN - CEP 59607-042; TRAVESSA BENÍCIO DE PAIVA, S/N - CENTRO, ALEXANDRIA/RN - CEP 59965-000; RUA AGACIO LAURENTINO DE MEDEIROS - CONJUNTO NESTOR, CARAÚBAS/RN - CEP 59780-000; AVENIDA ANTÔNIO SUASSUNA, S/N - NOVA BRASÍLIA, PATU/RN - CEP 59770-000; PRAÇA CRISTO REIS, 18, CENTRO, PAU DOS FERROS/RN - CEP 59900-000; RUA JOSÉ PEREIRA (SÃO MIGUEL) RN - CEP 59910-000

6	INSTITUTO ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EX. RURAL	EMATER	926944	SEDE EMATER/RN (BR-101, KM 0, CENTRO ADMINISTRATIVO, LAGOA NOVA, NATAL/RN. CEP 59.064-901) EMATER/RN REGIONAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU (AV. SENADOR JOÃO CÂMARA, 100 - CENTRO CEP: 59162-000) EMATER/RN REGIONAL DE JOÃO CÂMARA (RUA 29 DE OUTUBRO, S/N, JOÃO CÂMARA - 59550-000) EMATER/RN REGIONAL DE SÃO PAULO DO POTENGI (PRAÇA DA MATRIZ, 104 - CENTRO - CEP: 59460-000) EMATER/RN REGIONAL DE SANTA CRUZ (RUA DOM ADELINO DANTAS, 74, CEP: 59200-000) EMATER/RN REGIONAL DE ASSÚ (RUA: LUIZ LUCAS AMORIM, 453 - NOVO HORIZONTE - CEP:59650-000) EMATER/RN REGIONAL DE CURRAIS NOVOS (AV. TEOTÔNIO FREIRE, 1285, JK - CEP: 59380-000) EMATER/RN REGIONAL DE CAICÓ (CENTRO REGIONAL DE AGRICULTURA. BR 427 - KM 97, CEP 59300-000) EMATER/RN REGIONAL DE MOSSORÓ (RUA DOUTOR JOSÉ NOGUEIRA, SN, AEROPORTO, MOSSORÓ - CEP: 59607-203) EMATER/RN REGIONAL DE UMARIZAL (AV. DIVINÓPOLIS, 295 - CENTRO - CEP: 59.865-000) EMATER/RN REGIONAL DE PAU DOS FERROS (RUA JOAQUIM TORQUATO, Nº 1192 - BAIRRO SÃO JUDAS TADEU - CEP: 59900-000) CENTRO DE TREINAMENTO DA EMATER - CENTERN (FAZENDA MANIBU, SÃO JOSE DO MIPIBU - CEP: 59162-000)
7	FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO	FJA	925637	RUA JUNDIAÍ, 641 TIROL, NATAL - RN, 59020 120
8	GABINETE CIVIL DO GOVADOR DO RN	GAC	927019	CENTRO ADMINISTRATIVO DO ESTADO - AV. SENADOR SALGADO FILHO, S/N, LAGOA NOVA - NATAL/RN. CEP: 59064-901 RUA CORONEL JOSÉ BERNARDO, 1001- ALECRIM RUA DOM JOSÉ TOMAZ, 347 - CENTRO DE ALEXANDRIA RUA FRANCISCO IVO, 950 BAIRRO ALTO ALEGRE - ALTO DO RODRIGUES/RN RUA DEP. DALTON CUNHA 41 - CENTRO APODI/RN AV. SENADOR JOÃO CÂMARA, 06 - CONJUNTO JANDUIS II - ASSU RN RUA MARIA NEVES DANTAS, 35 - CENTRO DE CAICÓ RN RUA PEDRO CALAFANGE, Nº 55 -CENTRO - CANGUARETAMA RUA AGACIO LAURENTINO MEDEIROS 13 - CENTRO DE CARAÚBAS/RN RUA ITANAGRE 81 - CENTRO DE C MIRIM/RN RUA TOMAZ DO Ó , Nº 999 BAIRRO JK RUA PEDRO TORQUATO, Nº 777 BAIRRO CENTRO JOÃO CÂMARA/RN PRAÇA MANOEL JANUARIO CABRAL 326 CENTRO RUA PAU BRASIL, Nº 33- BAIRRO MONTE LIBANO RUA PADRE JOÃO CLEMENTE Nº 14 - CENTRO DE MACAU/RN RODOVIA SEBASTIÃO BENIGNO DE MOURA RN 015 - ESTRADA DO CONTOURNO -TERMINAL ROD. MOSSORÓ/RN RUA SEBASTIÃO MENEZES - Nº 245CENTRO NOVA CRUZ/RN RUA ISIDORO GOMES MEIRA Nº 42 - CENTRO DE PARELHAS/RN AV. TENENTE MEDEIROS S/N - CENTRO PARNAMIRIM AVENIDA ANTÔNIO SUASSUNA, S/N BAIRRO BAZILIO-PATU RUA CARLOTO FERNANDES TÁVORA - Nº 877 BAIRRO SÃO BENEDITO PAU DOS FERROS/RN RUA SÃO FÉLIX, 198 - BAIRRO CÔNEGO MONTES CENTRO DE SANTA CRUZ/RN AV. FRANCISCO DUARTE DE CARVALHO, 600 - BAIRRO JARDINS S G AMARANTE/RN AVENIDA MOIZANIEL DE CARVALHO, 375 - CENTRO DE SÃO J DE MIPIBÚ RUA JOSÉ AUGUSTO PESSOA N.234 - CENTRO DE SÃO MIGUEL/RN RUA BERNARDO PIMENTEL, 888 - BAIRRO ASSUNÇÃO AV. ALBERTO MARANHÃO, 4089, CENTRO MOSSORÓ/RN AVENIDA CAPITÃO MOR GOUVEIA, 1237 - BAIRRO DA CIDADE DA ESPERANÇA - TERMINAL RODOVIÁRIO DE NATAL/RN RUA JOÃO MEDEIROS FILHO, 896- BAIRRO POTENGI NATAL/RN AVENIDA GOVERNADOR JOSÉ VARELA, 2900 - CAPIM MACIO - NATAL/RN CEP-59078-300 RUA JOSÉ BEZERRA DE ARAUJO, 45 - CENTRO DE JUCURUTU AV. DUQUE DE CAXIAS, 80 - RIBEIRA
9	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR/RN	GVG	931420	AV. SEN. SALGADO FILHO, 1808 A, LAGOA NOVA, NATAL/RN, CEP: 59.056-000.
10	INSTITUTO DESENV.SUST.MEIO AMBIENTE	IDEMA	927214	AV. ALM. ALEXANDRINO DE ALENCAR, 1397 - TIROL - NATAL/RN - CEP: 59015-350
11	INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE PERÍCIA	ITEP	925544	RUA DOS CAMPOS, Nº 293, BAIRRO FELIPE CAMARÃO, NATAL/RN, CEP 59072-103.
12	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO	JUCERN	925771	AVENIDA DUQUE DE CAXIAS, 214 - RIBEIRA - NATAL/RN, CEP: 59012-200.
13	POLICIA CIVIL DO RIO GRANDE DO NORTE	PCRN	925546	SETOR DE ALMOXARIFADO POLÍCIA CIVIL, AV. INTERVENTOR MÁRIO CÂMARA, 250, CIDADE DA ESPERANÇA NATAL - RN DELEGACIA REGIONAL DE SÃO PAULO DO POTENGI: RUA OURO BRANCO, 1073 - NOVO JUREMAL, SÃO PAULO DO POTENGI/RN, CEP: 59.460-000 DELEGACIA REGIONAL DE MOSSORÓ: RUA RAIMUNDO CANTÍDIO, S/N, MOSSORÓ/RN, CEP: 59.628-260 DELEGACIA REGIONAL DE CAICÓ: AV. MARTINIANO, 427, CAICÓ/RN, CEP: 59.300-000 DELEGACIA REGIONAL DE PAU DOS FERROS: RUA JOSÉ SIMÃO DE ARAÚJO, PAU DOS FERROS, CEP 59.900-000 DELEGACIA REGIONAL DE MACAU: RUA ABELARDO DE MELO, MACAU, CEP 59.500-000 DELEGACIA REGIONAL DE NOVA CRUZ : RUA ASSIS CHATEAUBRIAND, 842, CENTRO, NOVA CRUZ- RN, CEP: 59.215-000 DELEGACIA REGIONAL DE PATU E REGIÃO: RUA LUCAS MATIAS, 51, COSTA E SILVA - PATU/RN, CEP 59.770-000 DELEGACIA REGIONAL DE ALEXANDRIA: RUA PADRE CARLOS, 602, CASCALHO, ALEXANDRIA, CEP: 59.965-000 DELEGACIA REGIONAL DE SANTA CRUZ: AV. JOAQUIM ROGÉRIO, 68, SANTA CRUZ, CEP: 59.200-000 DELEGACIA REGIONAL DE JOÃO CAMARA: RUA MANOEL BITENCOURT , JOÃO CÂMARA, CEP: 59.550-000 DELEGACIA REGIONAL DE GOIANINHA : RUA PROFESSOR JOÃO TIBÚRCIO, 155, ESTAÇÃO, GOIANINHA, CEP: 59.173-000
14	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	PGE	925774	SEDE PGE/RN - AV. AFONSO PENA, 1155 - TIROL - CEP 59020-100 PROCURADORIA DA UNIDADE DO CENTRO ADMINISTRATIVO - BR-101, KM 0, CENTRO ADMINISTRATIVO, LAGOA NOVA, NATAL/RN. CEP 59.064-901 PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA - PDA - RUA MILITÃO CHAVES, 1807, CANDELÁRIA - NATAL/RN - CEP: 59063-400 NÚCLEO REGIONAL DE CAICÓ - NRC - RUA PROFESSOR JOSÉ GURGEL, 337, CAICÓ - RN - CEP: 59300-000 NÚCLEO REGIONAL DE MOSSORÓ - NRM - RUA VELHO DARICO, 65, DOZE ANOS - MOSSORÓ/RN - CEP: 59603-130 NÚCLEO REGIONAL DE PAU DOS FERROS - NRPF - RUA CARLOTO FERNANDES TÁVORA, 877, SÃO BENEDITO - PAU DOS FERROS/RN - CEP: 59900-000
15	DIRETORIA DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR	PMDS	456546	AV. PRUDENTE DE MORAES 887, TIROL, NATAL - RN - CEP 59020-400. - HOSPITAL CENTRAL CORONEL PEDRO GERMANO - (HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR).
16	POLÍCIA MILITAR EST. RIO GRANDE DO NORTE	PMRN	927056	ALMOXARIFADO CENTRAL DO QUARTEL DO COMANDO GERAL DA PMRN, LOCALIZADO NA AV. RODRIGUES ALVES, S/N, TIROL, NATAL/RN, CEP: 59.020-200.
17	SECRETARIA DA AGRIC.DA PECUÁRIA E PESCA	SAPE	929448	CENTRO ADMINISTRATIVO DO ESTADO - AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO, S/N - LAGOA NOVA, NATAL - RN, 59064-901
18	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO	SEAD	925538	CENTRO ADMINISTRATIVO DO ESTADO - AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO, S/N - LAGOA NOVA, NATAL - RN, 59064-901 / ALMOXARIFADO.
19	SECRETARIA EST.DESEN RURAL E DA AGRI FA	SEDRAF	930835	CENTRO ADMINISTRATIVO DO ESTADO - AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO, S/N - LAGOA NOVA, NATAL - RN, 59064-901 / EMATER
20	SECRETARIA EST.EDUC.CULTURA ESPORTE LAZER	SEEC	925377	CENTRO ADMINISTRATIVO DO ESTADO - AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO, S/N - LAGOA NOVA, NATAL - RN, 59064-901 / ALMOXARIFADO CENTRAL - CENTRAM
21	SECRETARIA DE ESTADO DA TRIBUTAÇÃO	SEFAZ	927633	SEDE - CENTRO ADMINISTRATIVO DO ESTADO - AV. SENADOR SALGADO FILHO, S/N, LAGOA NOVA - NATAL/RN. CEP: 59064-901; 2ª UNIDADE REGIONAL DE TRIBUTAÇÃO - RUA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 20. CENTRO - NOVA CRUZ/RN. CEP 59.215-000; 3ª UNIDADE REGIONAL DE TRIBUTAÇÃO - AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 1008. CURRAIS NOVOS/RN. CEP 59.380-000; 5ª UNIDADE REGIONAL DE TRIBUTAÇÃO - AVENIDA CEL. MARTINIANO, 723. CENTRO - CAICÓ/RN. CEP 59.300-000; 6ª UNIDADE REGIONAL DE TRIBUTAÇÃO - RUA PRAÇA. VIGÁRIO ANTÔNIO JOAQUIM, S/N. CENTRO MOSSORÓ/RN. CEP 59.600-520; 7ª UNIDADE REGIONAL DE TRIBUTAÇÃO - PRAÇA DA MATRIZ, 225. CENTRO - PAU DOS FERROS/RN. CEP 59.900-000; NÚCLEO INTEGRADO DE FISCALIZAÇÃO - AV BR 101, KM 174, BAÍA FORMOSA. CEP 59.194-000.
22	SECRETARIA EST.MEIO AMB.E DOS R.HIDRICOS	SEMARH	928196	RUA DONA MARIA CÂMARA, 1884, CAPIM MACIO, 59082-430 - NATAL/RN
				HOSPITAL MONSENHOR ANTÔNIO BARROS - SÃO JOSÉ DE MIPIBÚ. R. MOIZANIEL DE CARVALHO, S/N - CENTRO - SÃO J. DE MIPIBU CEP: 59.162-000 HOSPITAL REGIONAL LINDOLFO GOMES VIDAL - SANTO ANTÔNIO R. ANA DE PONTES, 136 - SANTO

23	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA	SESAP	925550	<p>ANTÔNIO</p> <p>I URSAP R. MOIZANIEL DE CARVALHO, 750 - CENTRO - SÃO J. DE MIPIBU CEP: 59.162-000</p> <p>HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO V. MAIA (HRTVM) - MOSSORÓ R. PROJETADA, S/N, AEROPORTO - MOSSORÓ</p> <p>HOSPITAL RAFAEL FERNANDES (HRF) - MOSSORÓ RUA PRUDENTE DE MORAIS, S/N - BAIRRO SANTO ANTÔNIO - CEP: 59.611-000</p> <p>HOSPITAL REGIONAL AGUINALDO PEREIRA DA SILVA (HRAPS) - CARAÚBAS R. APARÍCIO CARLOS FERNANDES, 299 - CARAÚBAS CEP: 59.780-000</p> <p>HOSPITAL REGIONAL HÉLIO MORAIS MARINHO (HRHMM) - APODI R. PROJETADA, S/N - APODI - CEP: 59.700-000</p> <p>HOSPITAL DA MULHER PARTEIRA MARIA CORREIA - HMPMC AV. PROF. ANTÔNIO CAMPOS - PRES. COSTA E SILVA, MOSSORÓ - RN</p> <p>HEMOCENTRO DE MOSSORÓ RUA: PRUDENTE DE MORAIS, S/N - SANTO ANTÔNIO - MOSSORÓ</p> <p>LABORATÓRIO REGIONAL DE MOSSORÓ - LAREM R. JUVENAL LAMARTINE, 550 - CENTRO, MOSSORÓ - RN, 59618-740</p> <p>II URSAP DR. JOÃO MARCELINO, 2130 - ABOLIÇÃO, CEP:59.162-012</p> <p>HOSPITAL REGIONAL JOSEFA ALVES GODEIRO - JOÃO CÂMARA R. JERÔNIMO CÂMARA, S/N - JOÃO CÂMARA - CEP: 59.550-000</p> <p>III URSAP RUA JOAQUIM DE LIMA, S/N CEP:59.550-000</p> <p>HOSPITAL REGIONAL DR. MARIANO COELHO (HRMC) - CURRAIS NOVOS R. TEOTÔNIO FREIRE, 813 - CURRAIS NOVOS - CEP: 59.380-000</p> <p>HOSPITAL REGIONAL DO SERIDÓ TELECILA FREITAS FONTES (HRS) - CAICÓ R. ESTRADA DO PERÍMETRO IRRIGADO - SABUGI, S/N - PAULO VI - CEP 59300-000</p> <p>HEMOCENTRO DE CAICÓ RUA: RENATO DANTAS, Nº 455 - CENTRO - CAICÓ</p> <p>HEMOCENTRO DE CURRAIS NOVOS RUA: CARNAÚBA DOS DANTAS, Nº 150 - BAIRRO JK- CURRAIS NOVOS</p> <p>LABORATÓRIO REGIONAL DE CAICÓ - LAREC BR 405 - KM 3 BAIRRO CHICO CAJÁ - CEP: 59.000-000</p> <p>IV URSAP PRAÇA DOM JOSÉ DELGADO, S/N, BAIRRO PARAÍBA - CEP: 59.300-000 - CAICÓ</p> <p>HOSPITAL REGIONAL MONSENHOR EXPEDITO (HRME) - SÃO P. DO POTENGI R. MANOEL MARQUES, 296 - SÃO PAULO DO POTENGI - CEP: 59.460-000</p> <p>V URSAP RUA MANOEL CÍCERO DE LIMA, 75 - CENTRO - CEP:59.200-000 - SANTA CRUZ</p> <p>HOSPITAL R. CLEODON CARLOS DE ANDRADE (HRCCA) - PAU DOS FERROS RODOVIA 405, KM 02 - CEP:59.900-000 - PAU DOS FERROS</p> <p>HEMOCENTRO DE PAU DOS FERROS RODOVIA BR 405, Nº 1961 - CEP:59.900-000 - PAU DOS FERROS</p> <p>LABORATÓRIO REGIONAL DE PAU DOS FERROS BR 405 KM 03, 1997 - BAIRRO ARIZONA - CEP:59.900-000 - PAU DOS FERROS</p> <p>VI URSAP BR 405 KM 03, 1997 BAIRRO ARIZONA - CEP:59.900-000 - PAU DOS FERROS</p> <p>VII URSAP - NATAL E REGIÃO METROPOLITANA</p> <p>HOSPITAL REGIONAL ALFREDO MESQUITA FILHO (HRAMF) - MACAÍBA R. D. PEDRO MATOS, S/N - MACAÍBA</p> <p>CENTRO DE REABILITAÇÃO INFANTIL E ADULTO - CRI/CRA - NATAL AV. ALEXANDRINO DE ALENCAR, S/N - TIROL - NATAL</p> <p>CORSA (ANEXO SESAP) - NATAL AVENIDA FLORIANO PEIXOTO, 550, TIROL, NATAL - CEP 59020-500</p> <p>ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO RN (ESPRN) - NATAL AV. ALM. ALEXANDRINO DE ALENCAR, 1850 - TIROL, NATAL - RN, 59015-350</p> <p>GRUPO AUXILIAR DE ALMOXARIFADO - GAA AVENIDA CAPITÃO MOR GOUVEIA, S/N, BOM PASTOR, NATAL - CEP 59070-400</p> <p>GRUPO AUXILIAR SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E LIMPEZA (GASVIL) - NATAL AV. DEODORO DA FONSECA, 730, CIDADE ALTA - NATAL - CEP:59.025-600</p> <p>HEMONORTE DALTON CUNHA BARBOSA- NATAL AV. ALEXANDRINO DE ALENCAR, S/N - TIROL - NATAL</p> <p>HOSPITAL CENTRAL CEL. JOSÉ PEDRO GERMANO (HPG) - NATAL AV. PRUDENTE DE MORAIS, 1381 - TIROL - NATAL CEP: 59.020-400</p> <p>HOSPITAL DR. JOÃO MACHADO (HJM) - NATAL AV. ALEXANDRINO DE ALENCAR - 1700 - TIROL - CEP: 59.015-350 - NATAL</p> <p>HOSPITAL DR. JOSÉ PEDRO BEZERRA (HJPB) - NATAL R. ARAGUARI - S/N - CONJUNTO POTENGI - SANTA CATARINA - NATAL</p> <p>HOSPITAL GISELDA TRIGUEIRO (HGT) - NATAL R. CÔNEGO MONTE - S/N - QUINTAS - 59037-160</p> <p>HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL/CLOVIS SARINHO (HWG) - NATAL AV. SENADOR SALGADO FILHO, S/N, TIROL - NATAL</p> <p>HOSPITAL PEDIÁTRICO MARIA ALICE FERNANDES (HMAF) - NATAL R. PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/N - PARQUE DOS COQUEIROS - NATAL</p> <p>HOSPITAL REGIONAL DEOCLECIO MARQUES DE LUCENA (HRDML) - PARNAMIRIM R. SADI MENDES, S/Nº - SANTOS REIS - PARNAMIRIM - CEP 59.150-000</p> <p>LABORATÓRIO CENTRAL - LACEN R. CÔNEGO MONTE - 410 - QUINTAS - 59037-160</p> <p>SAMU METROPOLITANO - MACAÍBA BR 304, KM 299, S/N - FERREIRO TORTO - MACAÍBA - CEP: 59.280-000</p> <p>SUVISA/CVS AVENIDA JUNQUEIRA AIRES, 488, CENTRO, CEP: 59025-275</p> <p>UNICAT - NATAL R. NILO B. RAMALHO, 1691 - MORRO BRANCO - NATAL</p> <p>LABORATÓRIO CENTRAL DE ANATOMIA PATOLÓGICA E HISTOPATOLÓGICA AVENIDA CAPITÃO MOR-GOUVEIA, 9573, BOM PASTOR, 59070-400</p> <p>HOSPITAL REGIONAL NELSON INACIO DOS SANTOS (HRNIS) - ASSÚ RUA. DR. LUIZ CARLOS, 150 - ASSÚ</p>
24	SECRET.DA SEGURANÇA PUBL. E DEFESA SOCIAL	SESED	925535	CENTRO ADMINISTRATIVO DO ESTADO - ANEXO ESCOLA DE GOVERNO. AV JUNDIAI, Nº 410-A, TITOL, NATAL - RN. AEROPORTO, MOSSORÓ - RN
25	SECRET. EST.DO TRAB.DA HAB.E DA AS.SOCIAL	SETHAS	925557	CENTRO ADMINISTRATIVO DO ESTADO - BR 101, KM 0, LAGOA NOVA, NATAL/RN - CEP 59064-901 - SETHAS
26	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO	SETUR	925902	CENTRO DE CONVENÇÕES PONTA NEGRA - VIA COSTEIRA SEN. DINARTE MEDEIROS MARIZ, S/N - PONTA NEGRA, NATAL - RN
27	SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA	SIN	928338	BR 101, KM, CENTRO ADMINISTRATIVO DO ESTADO, NATAL/RN, CEP: 59064-901.

15. ANEXO 2 - ESTIMATIVA DE CONSUMO INDIVIDUALIZADA

LINK DA PLANILHA: [https://docs.google.com/spreadsheets/d/1\\_lbrsyQ3iEcijXyvznRrlgLCZdtXpZudhZxoLP15PeQ/edit?usp=sharing](https://docs.google.com/spreadsheets/d/1_lbrsyQ3iEcijXyvznRrlgLCZdtXpZudhZxoLP15PeQ/edit?usp=sharing)

Nº		ITEM	DESCRIÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
				ARSEP	CBMRN	CONTROL	DER	DETRAN	EMATER	FJA	GAC	GVG	IDEMA	ITEP	JUCERN	PCRN	PGE	PMDS	PMRN	SAPE	SEAD	SEDRAF	SEEC
REGIÃO 1 (NATAL; BAIA FORMOSA; CANGUARETAMA; CEARÁ-MIRIM; GOIANINHA; MACAIBA; PARNAMIRIM; SÃO GONÇALO DO AMARANTE; SÃO JOSÉ DE M)																							
1	Água mineral natural sem gás(Copo 200ml) AMPLA CONCORRÊNCIA	Sem gás acondicionado em embalagem descartável. Copo de 200 mililitros (ml).		3638						38	113	12600		90		263			113	1500	26	38	150
2	Água mineral natural sem gás(garrafa de 500ml) EXCLUSIVO ME/EPP	Sem gás, acondicionado em embalagem descartável. Garrafa de 500 mililitros (ml).		500						50	150			120		400			430		30		
3	Água mineral natural com gás(garrafa 500ml) EXCLUSIVO ME/EPP	Com gás, acondicionado em embalagem descartável. Garrafa de 500 mililitros (ml)								50	150	600				60							
4	Água mineral natural sem gás (garrafão de 20L, troca de garrafão, vazio pelo cheio) AMPLA CONCORRÊNCIA	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável. Garrafão de 20 litros, em regime de troca de garrafão (vazio pelo	338	6382	900	600	5269	1305	6000	6504	150	2250	2466	750	7725	3000	3750	4500	600	4838	900	11250	
Edital 90016 (39949231) SEI 00110033.004056/2025-11 / pg. 22																							





19	Água mineral natural sem gás (20L, aquisição do vasilhame) <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	em embalagem retornável de 20 (vinte) litros, com aquisição do vasilhame.		25				136		29										
20	Aquisição de botijão completo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), gás de cozinha (butano) 13Kg <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	Com 13Kg (P13). Vasilhame com o gás.		2																
21	Aquisição de botijão completo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), gás de cozinha (butano) 45Kg <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	Com 45Kg (P45). Vasilhame com o gás																		
22	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), gás de cozinha (butano) 13Kg <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	Fornecido em botijão com 13Kg (P13), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio)		60																
23	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), gás de cozinha (butano) 45Kg <b>AMPLA CONCORRÊNCIA</b>	Fornecido em botijão com 45Kg (P45), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio).																		
24	Fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), gás de cozinha (butano) 13Kg <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	Fornecido em botijão com 13Kg (P13) em regime de comodato (empréstimo do vasilhame).		2						16										
REGIÃO 4 (MOSSORÓ; AÇU; ALEXANDRIA; ALTO DO RODRIGUES; APODI; CARAÚBAS; JUCURUTU; PATU; PAU DOS FERROS; SÃO MIGUEL; UMARIZAL)																				
25	Água mineral natural sem gás(Copo 200ml) <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	Sem gás acondicionada em embalagem descartável. Copo de 200 mililitros (ml)		100																
26	Água mineral natural sem gás (garrafão de 20L, troca de garrafão, vazio pelo cheio) <b>AMPLA CONCORRÊNCIA</b>	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável. Garrafão de 20 litros, em regime de troca de garrafão (vazio pelo cheio).		2052		1539	360	2409		1098		2100								
27	Água mineral natural sem gás (20L, aquisição do vasilhame) <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável de 20 (vinte) litros, com aquisição do vasilhame.		25				292		61										
28	Aquisição de botijão completo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), gás de cozinha (butano) 13Kg <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	Com 13Kg (P13). Vasilhame com o gás.		3																
29	Aquisição de botijão completo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), gás de cozinha (butano) 45Kg <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	Com 45Kg (P45). Vasilhame com o gás																		
30	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), gás de cozinha (butano) 13Kg <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	Fornecido em botijão com 13Kg (P13), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio)		168																
31	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), gás de cozinha (butano) 45Kg <b>AMPLA CONCORRÊNCIA</b>	Fornecido em botijão com 45Kg (P45), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio).																		
32	Fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), gás de cozinha (butano) 13Kg <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	Fornecido em botijão com 13Kg (P13) em regime de comodato (empréstimo do vasilhame).		3						20										
COTA - REGIÃO 1 (NATAL; BAIA FORMOSA; CANGUARETAMA; CEARÁ-MIRIM; GOIANINHA; MACAIBA; PARNAMIRIM; SÃO GONÇALO DO AMARANTE; SÃO JOSÉ DO BONFIM)																				
33	Água mineral natural sem gás(Copo 200ml) <b>COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 01</b>	Sem gás acondicionada em embalagem descartável. Copo de 200 mililitros (ml).		1212				12	37	4200		30		87		37	500	8	12	50
Edital 90016 (39949231) SEI 00110033.004056/2025-11 / pg. 24																				

34	Água mineral natural sem gás (garraão de 20L, troca de garrafão, vazio pelo cheio) COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 04	acondicionada em embalagem retornável. Garrafão de 20 litros, em regime de troca de garrafão (vazio pelo cheio).	112	2127	300	200	1756	435	2000	2168	50	750	822	250	2575	1000	1250	1500	200	1612	300	3750
35	Água mineral natural sem gás (20L, aquisição do vasilhame) COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 05	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável de 20 (vinte) litros, com aquisição do vasilhame.		37	2	10	25	37	250	100			34		87		37	125	10		5	
36	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), gás de cozinha (butano) 13Kg COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 08	Fornecido em botijão com 13Kg (P13), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio)	1	79			8	5	3	25	3			1	15	7		1	3	5		
37	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), gás de cozinha (butano) 45Kg COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 09	Fornecido em botijão com 45Kg (P45), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio).						8														
COTA - REGIÃO 3 (ANGICOS; CAICÓ; CURRAIS NOVOS; LAJES; MACAU; PARELHAS)																						
38	Água mineral natural sem gás (garraão de 20L, troca de garrafão, vazio pelo cheio) COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 18	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável. Garrafão de 20 litros, em regime de troca de garrafão (vazio pelo cheio).		426			258	60		374			174		287							
39	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), gás de cozinha (butano) 45Kg COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 23	Fornecido em botijão com 45Kg (P45), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio).																				
COTA - REGIÃO 4 (MOSSORÓ; AÇU; ALEXANDRIA; ALTO DO RODRIGUES; APODI; CARAÚBAS; JUCURUTU; PATU; PAU DOS FERROS; SÃO MIGUEL; UMARI																						
40	Água mineral natural sem gás (garraão de 20L, troca de garrafão, vazio pelo cheio) COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 26	Sem gás, acondicionada em embalagem retornável. Garrafão de 20 litros, em regime de troca de garrafão (vazio pelo cheio).		684			513	120		803			366		700							
41	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), gás de cozinha (butano) 45Kg COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 31	Fornecido em botijão com 45Kg (P45), em regime de troca de botijão (vazio pelo cheio).																				

ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO - ID 39389999

ANEXO III - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ID 38331612;

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA

À Secretaria de Estado da Administração do Rio Grande do Norte (SEAD/RN)

Empresa (razão social):

CNPJ:

Endereço:

Telefone: E-mail:

A presente proposta tem como objeto o fornecimento dos itens abaixo relacionado, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência e no item 1.2 do edital /PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXXXXXX.

Região 1					
Item n°	Especificações	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total do item
1	Sem gás acondicionada em embalagem descartável. Copo de 200 mililitros (ml).	Caixa	xxxxx	R\$	R\$
2	Sem gás, acondicionada em embalagem descartável. Garrafa de 500 mililitros (ml).	Pacote	xxxxxxx	R\$	R\$
...	...	...	...	...	...
					Valor total R\$

Declaramos conhecer a legislação de regência desta licitação e que os serviços/bens serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Representante  
CNPJ

**Obs.** Inserir planilhas de composição de custo anexadas à presente proposta.

**Indicação dos Sindicatos, Acordos, Convenções, Dissídios Coletivos de Trabalho.**

**Referência:** Processo nº 00110033.004056/2025-11

SEI nº 39949231